

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita tenta baixar tempo para pagar impostos..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estudo sobre contencioso deve afetar transação..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas vão ao Carf para discutir como produtos devem ser classificados..... 8

A GAZETA - MT - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O pior ano na arrecadação fiscal da última década (2)..... 10

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apreendida carga de LSD avaliada em R\$ 1,3 milhão..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Benefícios para país rico..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Pandemia deixa mais da metade das mulheres fora do mercado de trabalho..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco defende a urgência de reformas..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Nova MP para proteção do índio..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO

Ao lado de Bolsonaro no STF, Fux ataca o negacionismo..... 21

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Velha política - ESPLANADA..... 23

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Fux no STF: a ciência vencerá..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planalto terá de pagar por lealdade do Centrão..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária, o primeiro desafio - MERCADO S/A..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

A política desacreditando Moro - EIXO CAPITAL..... 30

Terça-Feira, 2 de Fevereiro de 2021

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O Brasil tem pressa" diz Rodrigo Pacheco32

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco, nome de Alcolumbre e do Planalto, vence no Senado 34

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O momento da reforma tributária (2)37

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma ministerial ganha impulso e pode envolver troca na Saúde 38

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lentidão de reformas e vacinas preocupam, diz Amcham40

FOLHA ONLINE - SP - SAÍDA PELA DIREITA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaristas festejam vitória no Congresso como uma segunda posse para o presidente
..... 41

FOLHA ONLINE - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao som de 'É Tarde Demais', Lira celebra vitória com aliados e desafetos de Bolsonaro
..... 42

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja a lista das propostas prioritárias de Guedes para Lira44

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um dia após eleições do Congresso, líder do Governo na Câmara prega rigor fiscal 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Lira propõe urgência contra covid e anula ato de Maia 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A crise do presidencialismo (2) 49

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Eleição no Congresso custou R\$ 504 milhões aos cofres públicos 50

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Partidos esperam reforma ministerial para depois do carnaval - BRASÍLIA - DF 52

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA

Vitória de líder do centrão coroa derrotas em série de Rodrigo Maia 54

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Governo "tratora" para eleger aliados 56

JORNAL DO DIA - SE - OPINIÃO
POLÍTICA

Impeachment à brasileira: cai quem as elites querem que caia (2) 59

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
POLÍTICA

Promessa de verbas a parlamentares e cargos: veja como governo Bolsonaro influenciou
eleição no Congresso 61

Receita tenta baixar tempo para pagar impostos

Lu Aiko Otta

Com 127 serviços oferecidos on-line e a eliminação, pelos principais Estados, da exigência de apresentar declarações mensais de recolhimento do ICMS, a **Receita Federal** espera reduzir o tempo gasto por empresas no pagamento de **impostos**. Nesse quesito, o Brasil ocupa o 184-lugar, entre 190 países, no relatório Doing Business, elaborado pelo Banco Mundial.

Essa simplificação é parte de um processo mais amplo, disse o chefe da Assessoria de Cooperação e Integração Fiscal da **Receita Federal**, Adriano Pereira Subira.

União e Estados constroem um sistema único de escrituração digital. Com isso, empresas não precisarão repetir informações para os fiscos federal e estadual.

Outra medida que deve facilitar o dia a dia das empresas é a possibilidade de pagar, em uma única guia, os **tributos** federais e estaduais na importação de mercadorias. Dessa forma, será possível economizar de 24 horas a 48 horas num processo gira em torno de três a quatro dias, informou Subira. Hoje, muitas horas são perdidas entre o recolhimento do tributo, a compensação do valor pelo sistema bancário e o registro do pagamento na Receita.

O Ministério da Economia realizou um estudo sobre o tempo de desembaraço de mercadorias com a metodologia empregada pela Organização Mundial de Aduanas (OMA). Com isso, foram identificados gargalos que podem ser atacados. Por exemplo, foi constatado que muitas etapas da importação podem ser feitas simultaneamente, e não de forma sequencial.

Esse levantamento indicou também que 93,5% das importações feitas pelo Brasil são liberadas em até 24 horas. A demora pode ocorrer em outras etapas da importação.

No geral, 10% são consumidos na aduana, 40%, em outros órgãos intervenientes na operação, e 50%, pelo próprio importador.

A digitalização é outro aspecto desse processo.

"Muitas vezes foi o que nos salvou", disse Lucélia Lecheta, vice-presidente de Registro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As empresas, segundo ela, não deixaram de operar mesmo no período mais agudo do isolamento social. E, pelo contrário, precisaram se movimentar para acessar o crédito. A digitalização ajudou no processo.

Ela destaca como avanço a ferramenta e-Processo. As empresas e pessoas podem obter certidões negativas pela internet. Porém, se houver alguma discrepância de dados, o documento não é liberado. Até antes da pandemia, o contribuinte era orientado a ir pessoalmente a um posto da **Receita Federal**.

Sem saber qual era o problema, os contribuintes iam para o guichê de atendimento com pilhas de documentos, na esperança de resolver o problema na hora. Mas, não raro, era preciso voltar ao escritório, resolver o erro e então retornar à Receita.

Agora, isso tudo ocorre digitalmente. É possível também falar com um auditor por meio de um chat, canal que não existia antes.

Até mesmo a reformulação do site da **Receita Federal** ajudou a descomplicar a vida dos contribuintes, disse Lucélia. "Agora é um portal de serviços, é mais fácil achar o que precisamos."

No ano passado, 72,8 milhões de acessos foram feitos por meio do portal gov.br. para acessar serviços da **Receita Federal**.

O lançamento do "balcão único" ajudará o Brasil a melhorar sua posição em outro quesito do Doing Business, comentou Subira: facilidade na abertura de empresas. Nesse campo, os avanços têm sido rápidos. Em 2017, levava-se 17 dias para abrir uma empresa. Em 2019, eram 4 dias e 13 horas. Em dezembro de 2020, dois dias e 15 horas. E, com o portal, serão 24 horas.

Foi feito também um corte de 39% na quantidade de normas de funcionamento da **Receita Federal**, com a revogação de 690 instruções normativas. O trabalho prossegue neste ano, disse Subira.

"Sentimos uma melhora no ambiente de negócios",

disse Lucélia. "Só o tempo de retorno nos atendimentos talvez não esteja tão adequado, mas já chegamos a um padrão muito bom."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Estudo sobre contencioso deve afetar transação

Beatriz Olivon e Fabio Graner De Brasília

O diagnóstico sobre o chamado contencioso tributário que será feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Ministério da Economia deve impactar também a transação tributária - que permite a negociação direta entre empresas e o governo para resolver dívidas de **impostos** e contribuições. A partir dessa análise, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) espera ter novas idéias para aplicar esse mecanismo de resolução de litígios com os contribuintes.

A transação tributária já existe e deve ter novas rodadas ao longo do ano - uma delas inclusive pode sair nos próximos dias, conforme apurou o Valor. Mas com esse diagnóstico, que será feito por duas empresas junto com um grupo de trabalho criado para tratar do assunto, a PGFN espera ter mais ferramentas para identificar assuntos que podem ser objetos dessas negociações. Por exemplo, temas relativos a divergências de teses tributárias, que estão entre os mais aguardados pelos contribuintes.

"2021 vai ser o ano da transação no contencioso", afirma Manoel Tavares de Menezes Netto, coordenador-geral da Representação Judicial (CRJ) da PGFN. É esperada já para este ano a transação tributária de teses judiciais e uma lista de temas, que podem ser abordados nesse campo, já está com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A visão de que esse diagnóstico pode ajudar a aprimorar a transação também é compartilhada por advogados. Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório do mesmo nome, que faz parte do grupo que fará o apoio ao diagnóstico, entende que a definição de temas pode acabar com milhões de processos. "Sem dúvida [pode ajudar]. Acho que a gente tem que evoluir bastante na transação tributária", diz.

Por enquanto, são transacionados apenas débitos inscritos na dívida ativa. Devedores aguardam a publicação das teses tributárias cujas ações poderão ser resolvidas na negociação. Os temas aguardam definição do ministro da Economia, mas já passaram pela avaliação da PGFN. A expectativa do coordenador é de que os temas sejam divulgados este ano.

A seleção tem alguns complicadores. "Tem que ser bola dividida, não pode ser um tema em que esteja claro que o contribuinte vai ganhar ou a PGFN", afirma Tavares. Ao mesmo tempo, não existe a intenção de propor assuntos que não vão interessar aos devedores e, portanto, não terão adesão. Também estão descartadas teses que geram prejuízo para outras, como assunto que tenha "teses filhote".

Os temas com maior chance de serem transacionados são os que não vão representar prejuízos na arrecadação, ou seja, casos que envolvem leis que já foram alteradas. Isso acontece porque a transação tem o compromisso de não afetar a arrecadação futura. "Isso é complicado para **tributos** correntes. É mais fácil para um problema delimitado no tempo", afirma o coordenador.

De acordo com o procurador, existe hoje no contencioso tributário uma dificuldade em entender os motivos da existência de tantos litígios. Com essa identificação dos temas ou disputas, elas poderão ser tratadas em transação, segundo o procurador. "Podemos usar o diagnóstico para aperfeiçoar a lei de transação." De acordo com a **Receita Federal**, na esfera administrativa, existem cerca de 239 mil processos de disputa entre governo e contribuintes aguardando julgamento em primeira instância (delegacias de julgamento), totalizando cerca de R\$ 146 bilhões. E existem mais de 101 mil processos em segunda instância (**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**), equivalentes a R\$ 748 bilhões em litígio.

O secretário especial da **Receita Federal**, José Tostes, indicou ter uma visão diferente, não esperando impacto significativo do diagnóstico na transação. Questionado sobre o tema, ele se limitou a responder que a transação já tem lei e portaria que a disciplinam. Mas defendeu o trabalho do grupo e apontou a expectativa de melhora geral na legislação, que o CNJ já chama de "código de processo tributário".

"A Receita espera, ao fim dos trabalhos e juntamente com o CNJ, encaminhar proposta de legislação mais moderna para o contencioso administrativo e judicial, que possibilite a redução dos litígios e a solução destes com mais celeridade, propiciando maior segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios no país", disse Tostes.

A intenção do CNJ e da Receita é que o diagnóstico fique pronto entre setembro e outubro. E que a proposta de um código de processo tributário seja apresentada até o fim da presidência do ministro Luiz Fux no órgão, no ano de 2022.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186661

Empresas vão ao Carf para discutir como produtos devem ser classificados

Beatriz Olivon De Brasília

Os integrantes do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** tiveram que definir recentemente uma questão inusitada: se um produto da Givenchy ou da Ralph Lauren deve ser classificado como água de colônia ou perfume. Discussões como essas estão constantemente na pauta dos conselheiros. Envolvem a classificação fiscal para produtos nacionais ou importados - o que reduz ou eleva o IPI a pagar.

A questão é relevante porque o empresário leva em consideração a classificação fiscal para definir o valor de mercado de um produto. Importar, por exemplo, uma garrafa térmica inteira ou em partes faz toda a diferença. O IPI cai de 47% a zero.

A discussão vai além do IPI. Envolve também Imposto de Importação, multa por reclassificação e pode refletir em outros **tributos**. Quando a empresa é fabricante ou importadora cabe a ela a indicação da classificação fiscal do produto. Mas em caso de dúvida, o contribuinte poder fazer uma consulta à **Receita Federal**. E em caso de divergência, levar a questão ao **Carf**.

No caso dos "perfumes", como tratou um conselheiro do **Carf**, estava em jogo uma cobrança total de cerca de R\$ 3,9 milhões, envolvendo **impostos** e multas. Os valores eram cobrados da Cisa Trading pela importação de uma série de produtos de marcas como Givenchy, Ralph Lauren e Guerlain - identificados como de perfume de toilette, que seria uma diferença comercial entre perfumes e águas de colônia.

A **Receita Federal** entende que todos devem ser classificados como perfume, com base na diferenciação entre os produtos feita pela Vigilância Sanitária. O órgão leva em consideração a porcentagem da composição aromática. A diferença de alíquotas é grande: a do perfume é de 42% e a da água de colônia de 12%.

O assunto é tão controverso que foi resolvido no desempate a favor do contribuinte pela 3ª Turma da Câmara Superior do **Carf** - regra válida desde o ano passado. Os conselheiros decidiram que a definição da Vigilância Sanitária não se aplicaria.

Levaram em consideração o fato de que, na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a classificação dos perfumes e das águas de colônia independe dos valores absolutos da concentração da composição aromática (processo nº 12466.003142/2007-15). Para eles, a forma de distinção é comparativa, dentro da mesma linha de produtos.

Chapas e filmes de raio-x também foram analisados no ano passado pelos conselheiros. A Crestream do Brasil foi autuada por usar uma classificação de "filmes fotográficos" para esses produtos. Nesse caso, a alíquota de IPI seria zero.

O fisco considerou, entretanto, que se tratava de outro tipo de filme, com alíquota de IPI de 15%, e cobrou, além do tributo, multa de 75% do valor devido e de 1% por erro na classificação fiscal. Também constava PIS e Cofins com multa (processo nº 10831.01.3759/2007-16).

A Delegacia Regional de Julgamento cancelou a autuação por considerar as duas classificações estavam erradas. Mas manteve a multa de 1 %, da qual a empresa recorreu no **Carf**. Ao analisar o caso, os conselheiros da 1ª Turma Extraordinária da 3ª Seção entenderam que a autuação não provou que a classificação da empresa estava incorreta e afastou a penalidade em setembro de 2020 - 13 anos depois da importação.

Em agosto, a 1ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção decidiu manter a multa aplicada à importadora Griffin por causa da classificação de um "agente orgânico de superfície" (preparação para limpeza). Para os julgadores, o erro de indicação da classificação da mercadoria na declaração de importação leva à aplicação da multa de 1% ainda que se conclua que a indicada na autuação seria igualmente incorreta. A classificação da Receita diminuiu o Imposto de Importação. O IPI era o mesmo.

No caso de um conjunto de garrafas térmicas importadas da China, a divergência entre Receita e a importadora Soprano Indústria Eletrometalúrgica era se a compra em partes equivalia ao produto final. A empresa apontou a importação de 5.717 corpos de garrafas térmicas de aço inox e 5.736 tampas, classificando como "parte de garrafas térmicas". Para a fiscalização, o correto seria classificar como

"garrafas térmicas" (processo nº 19647.000477/2008-83).

A alíquota do Imposto de Importação para o produto em pedaços é zero enquanto para garrafas, 47%. No **Carf**, a 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção decidiu que se trata de importação de garrafas térmicas, ainda que desmontadas, em outubro. Foi mantida também a multa de 1 %.

Além dos setores químico e de cosméticos, o setor agropecuário é um dos afetados pelas reclassificações. Segundo Ariovaldo Zani, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações), há muita importação de aditivos às rações, que não são fabricados no Brasil - em 2020, essa importação chegou a US\$ 1,5 bilhão. "De maneira geral, o processo de desembaraço dos aditivos é comprometido por episódios divergentes de classificação, o que atrasa a liberação dos produtos", afirma.

Além de ter que pagar taxas de permanência na alfândega, há problema no relacionamento com os clientes que comprem esses aditivos e ficam à espera deles para concluir seu processo produtivo, segundo Zani. A cadeia produtiva movimenta cerca de 89 milhões de toneladas de ingredientes por ano. "É um prejuízo enorme que afeta toda a cadeia", diz. O presidente do sindicato destaca que os produtos seguem uma classificação global.

Os prejuízos das empresas com a reclassificação vão muito além dos **impostos**, segundo Daniela Floriana, sócia do DHoriano advogados. "O problema da reclassificação fiscal começa no desembaraço aduaneiro", afirma. "Às vezes, o custo de armazenagem sai até mais caro que o tributário." "A reclassificação também pode provocar uma distorção da concorrência", afirma a advogada Diana Piatti Lobo, do escritório Machado Meyer. Diferentes empresas podem ter o mesmo produto com classificações variadas. E quem deve provar que o produto é diferente do que a empresa apresenta, acrescenta, é a **Receita Federal**.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a matéria classificação fiscal em importação é "casuística", sendo resolvida conforme as circunstâncias de cada caso concreto. Para o órgão, não há uma tese jurídica em questão.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186661

O pior ano na arrecadação fiscal da última década (2)

MURILLO TORELLI PINTO é professor de Contabilidade Financeira e Tributária

A pandemia de covid-19 fez de 2020 o pior ano para as arrecadações tributárias federais, desde 2010.

Além dos efeitos diretos na economia, como perda de empregos, fechamentos de empresas e menores receitas, a doença também impactou indiretamente a arrecadação federal, com uma queda de quase 7% quando comparado com o ano de 2019. A arrecadação daquele ano, que já havia passado por efeitos de outras crises econômicas, fez a arrecadação de 2020 ser pouco menos de R\$ 1,5 trilhão de reais.

O ano de 2020 foi marcado por dilação de prazo nas entregas de declarações, diferimentos dos pagamentos e reduções em alíquotas dos **tributos** federais, que junto com desaquecimento da economia também impactaram nas arrecadações de **tributos** pelo governo federal.

Apenas do diferimento dos **tributos** de 2020, 8 bilhões de reais não foram pagos de volta aos cofres públicos.

A **Receita Federal** também justifica a queda na arrecadação por conta das compensações tributárias, de **tributos** pagos a mais em períodos anteriores, esse valor de compensações representou um aumento R\$ 62 bilhões de reais quando comparado com 2019, valor relativamente baixo perto da arrecadação total.

Outra justificativa do órgão para queda na arrecadação, foi a redução a zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de crédito. Essa medida de auxílio durou quase 8 meses e custou uma queda de R\$ 20 bilhões de reais na arrecadação de 2020.

Considerando todos os fatos negativos da pandemia no ano de 2020, essa queda na arrecadação fiscal, na visão do ministro da Economia, Paulo Guedes, foi 'branda'. Segundo ele, os números de maio apresentavam um 'ambiente caótico'. Ainda de acordo com a percepção do ministro, a economia está na sua retomada 'em V'.

A retomada 'em V' mostra que, em dezembro de 2020, a receita com arrecadação tributária federal apresentou significativas melhoras quando comparado

com os meses de 2020 e anos anteriores. O valor arrecadado em dezembro foi de 159 bilhões de reais, o melhor valor para mês, desde 2013.

Infelizmente, o cenário econômico de dezembro parece não estar se repetindo no início de 2021, pois os números de casos de contaminações e mortes se ampliaram, fazendo com que os governadores e prefeitos tomassem medidas mais rígidas nas restrições. Essas medidas já mostraram que têm um efeito negativo direto na economia e consequentemente na arrecadação fiscal.

A situação é preocupante, pois 2020, além de ser marcado por queda nas arrecadações federais, foi também marcado por maiores gastos do governo federal com auxílios emergenciais para as pessoas, para os estados e para a saúde.

A simples conta de menor receita e maior despesa não 'fecha'. O governo vai precisar arrumar outras formas de captação de recursos, que de maneira simplista seriam: tomando mais dívidas ou aumentando os **tributos**.

Cenário este que pode deixar 2021 pior que 2020, visto pela pressão que os caminhoneiros fazem para redução do PIS e Cofins sobre combustíveis, confederações de comércios e industriais pleiteando desonerações sobre a folha de pagamento e uma grande montadora de carros fechando as fábricas no país. Mas estes são assuntos para outras análises.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10471>

Apreendida carga de LSD avaliada em R\$ 1,3 milhão

Um homem foi preso em flagrante por suspeita de tráfico de drogas, no bairro de Boa Viagem, na Zona Sul do Recife, na última sexta-feira. A Polícia Civil de Pernambuco divulgou toda operação ontem, que encontrou uma quantidade de droga equivalente a R\$ 1,3 milhão em ácido lisérgico, conhecido popularmente pela sigla LSD

De acordo com a PCPE, o trabalho investigativo foi conduzido pelo delegado Douglas Camilo da 2ª Delegacia de Combate ao Narcotráfico, com apoio do setor de segurança dos Correio. Após todo levantamento de informações, o suspeito - que não teve nome e idade revelados -, foi preso com duas cartelas com mil micropontos de LSD, sendo 500 micropontos em cada cartela. Ele também portava uma mala com diversos produtos de tabacaria.

"O departamento já vem investigando o tráfico desses entorpecentes sintéticos, amplamente utilizados pela classe média alta. Em parceria com os Correios e com a **Receita Federal**, conseguimos identificar a chegada dessa encomenda que seria entregue em Recife, oriunda de São Paulo. Assim que essa encomenda foi entregue, a equipe da Polícia Civil conseguiu identificar o destinatário e abordá-lo de imediato. Ele já confessou que tinha adquirido esse entorpecente e não apresentou resistência", explicou o delegado responsável pelo caso. Ainda segundo a polícia, na residência do homem, foram encontradas mais 50 cartelas, totalizando 26 mil micropontos do alucinógeno.

Conseguimos identificar a chegada dessa encomenda que seria entregue no Recife, oriunda de São Paulo" Douglas Camilo, delegado

Correios e **Receita Federal** participaram da operação

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2021/02/apreendida-carga-de-lsd-avaliada-em-r-1-3-milhao.html>

Benefícios para país rico

» VERA BATISTA» ISRAEL MEDEIROS*

O Ministério Economia apresentou, ontem, um relatório no qual mostra todos os benefícios bancados pelas estatais. A publicação detalha salários e benefícios, como abonos, adicionais, ausências autorizadas, auxílios e estabilidade, entre outros. De acordo com o levantamento, algumas das empresas sob controle direto da União pagam adicionais de férias, "acima da previsão legal", de 33%. Algumas garantem 100% do benefício aos trabalhadores.

No quesito salário, a Petrobras se destaca pelos altos valores. A remuneração máxima chega a R\$ 106,1 mil -- 6.932% maior que a mais baixa da empresa, de R\$ 1.510. O vencimento mensal médio da petroleira, segundo o Ministério da Economia, é de R\$ 18.930 e tem 52 benefícios diferentes. Entre eles, chama a atenção a gratificação de férias, que corresponde ao valor integral do salário -- contra um terço nas empresas privadas, que pagam o mínimo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 33,3%.

A estatal gastou ainda R\$ 4,4 bilhões em planos de **previdência complementar**, em 2019, de acordo com a Secretaria Especial de Desestatização. A assistência alimentar da Petrobras também está entre as maiores da lista: são R\$ 1.254,48 mensais e os empregados têm direito a mais R\$ 192 de vale-refeição.

O benefício só não é maior que o pago pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de R\$ 1.521,80 mensais, com 12 auxílios por ano. Além disso, os funcionários recebem cesta-alimentação no valor de R\$ 654,88 mensais, com 13 cestas por ano. O BNDES tem o segundo maior salário mensal entre as empresas públicas, de R\$ 75.650 - a remuneração média, segundo o ministério, era de R\$ 29,230 em 2019. O Programa de Assistência Educacional do BNDES pode chegar a R\$ 1.261,65 ao mês por dependente com até 17 anos e 11 meses de idade.

Em terceiro lugar, aparece a Eletrobras, com remuneração que varia de R\$ 1,9 mil a R\$ 71,1 mil. O auxílio-refeição é de R\$ 1,2 mil por mês, sendo 13 por ano. Auxílio-creche e pré-escola (para crianças de seis meses a seis anos) chega a R\$ 863,83 por mês. Assim como a Petrobras, a empresa do setor elétrico também paga gratificação de férias acima do mínimo previsto (de 75% da remuneração). Os gastos com plano de previdência em 2019 ultrapassaram os R\$ 555 milhões.

Outra empresa que chama a atenção pelo auxílio-refeição/alimentação é a Companhia de Desenvolvimento dos Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), de R\$ 1.015,50 mensais, com 13 tíquetes ao ano. O valor é maior do que o pago pela Caixa Econômica Federal (CEF), onde o auxílio é de R\$ 807,40 mensais, de acordo com o Relatório de Benefícios das Empresas Estatais Federais (Rebef).

Dentro da lei

Apesar dos altos valores, os benefícios não são ilegais, como admite o Ministério da Economia, porque são resultado de negociações em acordo ou convenção coletiva de trabalho. Alguns temas pactuados, inclusive, prevalecem sobre a legislação. "Mesmo quando superiores à legislação trabalhista, não são irregulares, pois decorrem da dinâmica negocial e têm legalidade durante a vigência. Isso ocorre porque a lei estabelece o parâmetro mínimo (CLT), podendo as empresas públicas ou privadas negociarem benefícios ou condições contratuais mais benéficas, a fim de atrair e manter pessoas qualificadas", informou a pasta em nota.

"Alguns dos benefícios são históricos, ou seja, foram negociados pelas empresas há mais de 10 anos. Vários foram negociados em troca de não ter aumento salarial no ano, ou mesmo ter percentual de aumento menor do que a **inflação** do período do acordo ou trocados por outros benefícios que existiam antigamente", esclarecem o ministério.

Lariane Del-Vecchio, especialista em Direito do Trabalho, explica que "todos esses itens são comuns em grandes empresas privadas". Além disso, embora controladas pelo governo federal, a maioria das estatais citadas no relatório "não depende de recursos do caixa da União". "São independentes e os funcionários não são estatutários", reforçou Lariane.

Para alguns técnicos do próprio governo, o relatório foi feito para "confundir a opinião pública". Isso porque, no levantamento, os campos de cada estatal não são uniformes, "variam de acordo com o interesse". Segundo um técnico do ministério, que não quis se identificar, "o relatório não tem consistência metodológica. E, no anúncio do governo, não existe nota técnica explicando os métodos de apuração ou qual o período de aplicabilidade dos benefícios".

* Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Pandemia deixa mais da metade das mulheres fora do mercado de trabalho

Fernanda Brigatti

O efeito devastador da Covid-19 sobre o emprego -em especial sobre o setor informal- está atrasando a volta das mulheres ao mercado de trabalho.

Segundo a Pnad Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 8,5 milhões de mulheres tinham deixado a força de trabalho no terceiro trimestre de 2020 (dado mais recente disponível), na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Esse movimento rumo à inatividade -situação em que a pessoa não trabalha nem procura uma ocupação- fez com que mais da metade da população feminina com 14 anos ou mais ficasse de fora do mercado de trabalho. A taxa de participação na força de trabalho ficou em 45,8%, uma queda de 14% em relação a 2019.

Na comparação com o primeiro trimestre, antes de os efeitos da pandemia tomarem conta da economia e da vida social das famílias, o número de trabalhadores fora da força de trabalho teve um incremento de 11,2 milhões de pessoas. Dessas, 7 milhões eram mulheres.

Apesar da retomada do mercado formal no segundo semestre (embora as vagas criadas não tenham sido suficientes para repor as perdas no início da pandemia) e de o informal registrar crescimento, as vagas abertas no fim de 2020 ainda podem levar mais um tempo para repor a participação de mulheres em postos de emprego.

Segundo especialistas, a recuperação também será mais heterogênea, pois chegará depois às mulheres mais pobres e com menos qualificação.

No emprego formal, o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) mostra que, enquanto no ano passado 230,2 mil vagas criadas foram ocupadas por homens, as mulheres perderam 87,6 mil postos.

De abril a dezembro, os nove meses inteiramente sob a crise sanitária, o saldo de vagas ficou positivo em 168 mil para eles. As mulheres tiveram 94,9 mil colocações eliminadas.

Parte do que explica esse quadro é anterior à pandemia e é o que os pesquisadores chamam de questões estruturais, como a desigualdade na inserção das mulheres no mercado e a maior rotatividade entre elas.

Pandemia deixa mais da metade das mulheres fora do mercado de trabalho

Em momentos de choque, como foi a pandemia, grupos mais vulneráveis são os mais rapidamente atingidos.

Segundo a economista Diana Gonzaga, da UFBA (Universidade Federal da Bahia), também são muito afetados por essas crises os jovens, a população negra e aqueles com baixa qualificação.

Ainda nas questões estruturais está o conjunto de normas sociais que atribui às mulheres a responsabilidade -se não toda, a maior parte- pelos cuidados domésticos e com filhos.

A esse fator soma-se outro, conjuntural: a falta de um plano sólido e seguro para reabertura de creches e escolas.

"A pandemia vem punindo triplamente as mulheres. Além das questões que afetam todos os grupos, como perda de renda e emprego, cai sobre elas grande parte dos cuidados com filhos e casa", disse Diana Gonzaga.

Segundo a pesquisadora Solange Gonçalves, coordenadora do Grupo de Estudos em Economia da Família e do Gênero, ligado à Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), a saída de mulheres da força de trabalho é geralmente associada aos cuidados domésticos, com os filhos e com outras pessoas da família.

No caso dos homens, a saída para a inatividade está mais relacionada a problemas de saúde.

Mãe de duas crianças, de 8 e 3 anos, Ana Carolina Tinen Ueda, 32 anos, trabalha com cartonagens de luxo em uma pequena empresa familiar. Ela é o que o IBGE chama de trabalhador por conta própria com CNPJ, uma categoria de trabalho formal.

Antes da pandemia, o tempo dos filhos na escola era o período de produção no ateliê que montou em casa. As caixas e lembrancinhas são feitas a mão, uma por uma. Com os dois em casa, o tempo para o trabalho remunerado sumiu.

"Fico com eles 24 horas por dia. Quando as aulas online começaram, era tudo muito novo. Eles não sabiam mexer direito [no sistema para as aulas], a gente também não. E ainda eram os dois no mesmo horário, uma confusão", disse.

O início das aulas em casa coincidiu com um aumento na demanda por pedidos de um dos produtos que ela fabrica.

"Tive que fechar a agenda porque não tinha condições de fazer, e eles [os filhos] são a minha prioridade."

Na comparação com o volume de pedidos que assumia, hoje consegue atender cerca de um terço do que fazia antes.

A economista Cecilia Machado, professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV, classificou a crise econômica atual como uma "she-cession", em um trocadilho com a palavra recessão e o pronome she - ela, em inglês.

Em sua coluna na Folha, Cecilia afirmou que a combinação de políticas de distanciamento social (que afetou setores como o de serviços) com o fechamento de escolas "é a receita perfeita para fazer das mulheres as maiores perdedoras desta recessão".

Setores que concentram o trabalho feminino ainda não se recuperaram do choque da pandemia.

O comércio terminou o ano com saldo positivo de 8.130 vagas formais criadas, mas o setor de serviços eliminou 132,5 mil colocações com carteira assinada.

Segmento dominado pelas mulheres, o trabalho doméstico remunerado foi outro muito afetado pela crise sanitária, tanto pela necessidade de as famílias economizarem quanto pela recomendação de reduzir contatos com outras pessoas.

No trimestre encerrado em novembro, o IBGE identificou uma melhora no emprego doméstico informal, quando comparado com o trimestre anterior. O incremento foi de 303 mil vagas.

Essa melhora, porém, não compensou o estrago deixado pela pandemia. Em relação ao ano passado, o saldo ainda está negativo em 1 milhão de postos de trabalho doméstico.

O retorno de 303 mil domésticas à atividade reflete o clima de otimismo existente até novembro, quando se acreditava que o pior momento da pandemia ficava no passado e o auxílio emergencial já tinha caído à metade, de R\$ 600 para R\$ 300.

O auxílio emergencial, ao garantir uma renda a desempregados e informais, também permitiu que homens e mulheres ficassem fora da força de trabalho, ou seja, sem trabalhar e sem procurar colocação. O último crédito do benefício foi liberado há alguns dias.

Para a pesquisadora da UFBA, o fim do auxílio aparecerá na taxa de desemprego. "Durante o recebimento, muitas mulheres puderam não oferecer sua força de trabalho. Agora, isso muda."

A Pnad até novembro já apontava um retorno ao mercado de trabalho, com 2,7 milhão de brasileiros deixando a inatividade. Ainda não é possível saber, no entanto, quantos são homens ou mulheres.

Na avaliação da pesquisadora Ana Luiza Barbosa, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os efeitos da atual crise serão muito mais heterogêneos para as mulheres do que para os homens.

As consequências do tempo fora do mercado de trabalho e na inatividade deverão variar de acordo com o tipo de emprego, de função e de vínculo - e isso está associado principalmente ao nível de renda e de escolaridade.

"Há as que estão empregadas e podem fazer home Office, mas pensemos na que não tem essa opção, que era informal. É uma situação que atrasa o retorno à força de trabalho", afirmou Diana Gonzaga, da UFBA. Para ela, a desigualdade regional também será agravada. Em estados do Nordeste, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho já era de 45% antes mesmo da pandemia.

INSS COMEÇA A PAGAR APOSENTADORIAS ACIMA DO PISO COM REAJUSTE DE 5,45%

O **INSS** começou a pagar, nesta segunda-feira (10), a aposentados e pensionistas que recebem acima do piso (R\$1.100, em 2021). A correção, para esse grupo, foi calculada com base no INPC fechado em 2020, que foi de 5,45%. Quem recebia, no ano passado, uma aposentadoria ou pensão no valor de R\$ 1.400 teve o benefício corrigido para 1.476,30. Já quem ganhava até o antigo teto (R\$6.101) teve o benefício reajustado para R\$ 6.433,57, por exemplo.

A pandemia vem punindo triplamente as mulheres. Além das questões que afetam todos os grupos, como perda de renda e emprego, cai sobre elas grande

parte dos cuidados com filhos e casa

Diana Gonzaga

economista da UFBA (Universidade Federal da Bahia)

Site:

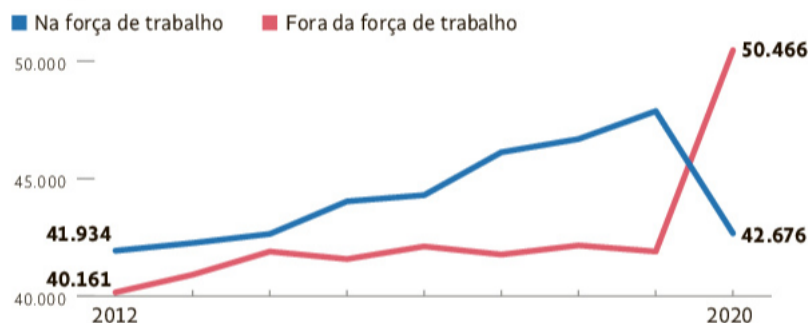
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

25

Condições estão piores para mulheres

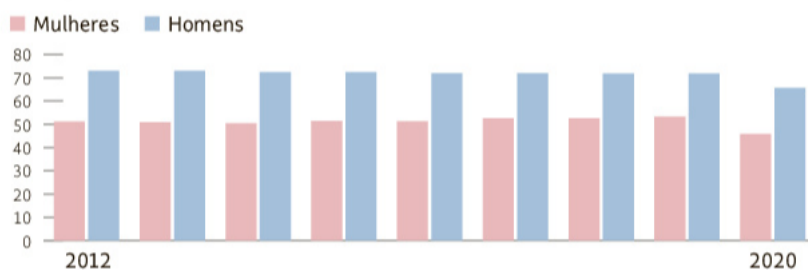
Número de mulheres na força de trabalho

No 3º tri, em mil



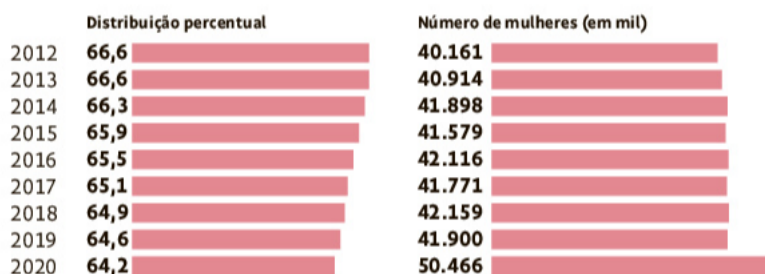
Taxa de participação na força de trabalho

No 3º tri, em %



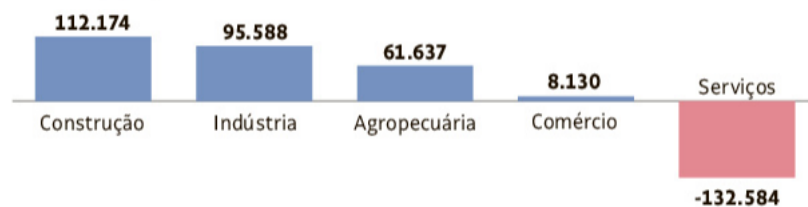
Evolução no abandono do mercado de trabalho

No 3º tri



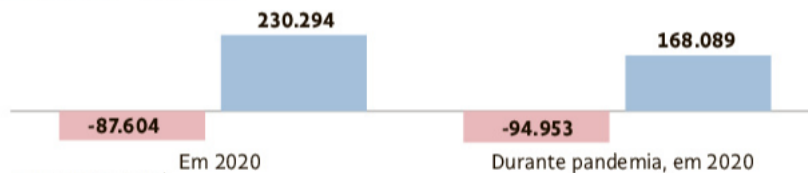
Retomada no emprego formal, por setor

Saldo de vagas, de janeiro a dezembro



Saldo de vagas por gênero

Mulheres Homens



Fontes: IBGE e Caged

Pacheco defende a urgência de reformas

AUGUSTO FERNANDES JORGE VASCONCELLOS

A eleição de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) à Presidência do Senado representa uma importante vitória política para o presidente Jair Bolsonaro, que se empenhou na campanha do parlamentar, em um momento de forte pressão sobre o governo. Também fortalece-se o agora ex-mandatário da Casa Davi Alcolumbre (DEM-AP), principal cabo eleitoral do político mineiro e que deve continuar com influência no Congresso.

Na votação secreta, ontem, Pacheco derrotou a candidata independente Simone Tebet (MDB-MS). Ele venceu a disputa em primeiro turno, com 57 votos - bem acima do mínimo de 41, que equivale à metade mais um dos 81 senadores. Tebet recebeu 21.

À imprensa, Pacheco anunciou que dará prioridade à votação de matérias importantes para a recuperação econômica do país. Ele citou as reformas tributária e administrativa e três propostas de emenda à Constituição (PECs) - a emergencial, a da revisão dos fundos públicos e a do pacto federativo. Segundo o senador, a atuação legislativa da gestão dele será focada no "trinômio saúde pública, desenvolvimento social e crescimento econômico do país".

O resultado da eleição, além de favorecer a tramitação de projetos de interesse do Executivo, deve reforçar a blindagem de Bolsonaro no Congresso, no momento em que já passam de 60 os pedidos de impeachment protocolados contra ele na Câmara, a maioria relacionada à atuação na pandemia.

A vitória de Pacheco é importante, ainda, para o chefe do Planalto decidir sobre o partido ao qual vai se filiar para concorrer à reeleição em 2022. Ele anunciou que tomará essa decisão em março. Além disso, as novas composições das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado vão orientar a **reforma ministerial** que Bolsonaro pretende fazer para acomodar os aliados.

Participaram da eleição 78 senadores. Jaques Wagner (PT-BA) e Jarbas Vasconcellos (MDB-PE) não compareceram por motivos de saúde. Por sua vez, Chico Rodrigues não votou porque pediu licença do mandato, depois de ser flagrado pela Polícia Federal com dinheiro na cueca.

Com o resultado da eleição, Pacheco colheu os frutos de uma articulação que conseguiu atrair o aval não só de senadores governistas, mas, também, de oposição,

de partidos como PT, PDT e Rede. Ao longo da campanha, o parlamentar assegurou aos apoiadores que, embora contando com respaldo do Planalto, estava comprometido com a independência do Senado.

Pesou também a favor de Pacheco o fato de ele demonstrar um perfil considerado garantista, com atuação, inclusive, na diretoria da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB-MG). Isso agradou aos parlamentares que consideram abusivo o modo de atuação da Lava-Jato e de outras operações anticorrupção.

Na semana passada, a vitória de Pacheco passou a ser dada como certa depois que a bancada do MDB desistiu de concorrer à eleição com Tebet, em favor de um acordo com Alcolumbre. A campanha emedebista era a única que representava algum tipo de ameaça à do postulante do DEM. Tebet, após a decisão dos colegas de partido, resolveu lançar candidatura independente, porém, sem a mesma força de antes.

Ontem, houve outras três desistências de candidatos, horas antes do início da eleição. Decidiram abandonar a disputa Jorge Kajuru (Cidadania-GO), Major Olímpio (PSL-SP) e Lasier Martins (Podemos-RS). Este último, ao discursar da tribuna, protestou contra a interferência do Planalto nas eleições internas do Congresso.

Com a palavra, o senador

Veja o que disse o novo presidente do Senado

"Ao Poder Executivo, dedicaremos parte significativa de nossos vigos, fiscalizando, deliberando suas proposições, dialogando para construir o futuro da nação. Porém, exigiremos respeito aos compromissos assumidos e à independência deste Poder Legislativo"

"Há uma camada social de pobreza, de pessoas vulneráveis, necessitadas, que precisam ser assistidas pelo Estado brasileiro, de modo que me comprometo, desde agora, a um trato com o Poder Executivo, a equipe econômica do governo federal para encontrarmos caminhos possíveis de responsabilidade fiscal, de observância do teto de gastos, mas sem deixar de assistir aquelas pessoas que precisam"

"Esse crescimento (econômico) virá com a pauta das reformas necessárias para o Brasil. A tributária, que já tem ambiente de discussão na Câmara e no Senado, e

que discute uma nova forma de arrecadação tributária no Brasil. A reforma administrativa, do mesmo modo corrigindo distensões, mas, jamais, demonizando o serviço público brasileiro, os **servidores públicos**, que não são problema, mas, na verdade, a solução do Brasil"



Número de votos obtidos por Pacheco, contra 21 de Simone Tebet. Ele foi eleito com o respaldo de 10 partidos (DEM, PSD, PP, PT, PDT, Pros, PL, Republicanos, Rede e PSC)

Nova MP para proteção do índio

O governo federal publicou, ontem, a Medida Provisória 1.027/21, que dispõe sobre barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas. Esta é a segunda MP sobre o assunto. No ano passado, o governo enviou texto semelhante ao Congresso, mas a matéria não chegou a ser votada. Ministério Público, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal vêm cobrando do governo a adoção de medidas de segurança para as áreas indígenas durante a pandemia.

O objetivo da MP é controlar o trânsito de pessoas e mercadorias que se dirijam a essas áreas para evitar o contágio e a disseminação da covid-19 nas comunidades indígenas, que têm registrado casos de infectados e mortes decorrentes da doença. A MP tem vigência imediata, mas precisa passar pelo Congresso para virar lei. As normas trazidas pela norma valem até 31 de dezembro deste ano. O texto está publicado em edição extra de ontem do Diário Oficial da União (DOU).

"As barreiras sanitárias serão compostas por **servidores públicos** federais, prioritariamente, ou por militares e, com a anuência do respectivo chefe do Poder Executivo, por **servidores públicos** e militares dos estados, do Distrito Federal e dos municípios", cita a MP. "Para a anuência, a solicitação para o emprego dos **servidores públicos** e militares dos estados, do Distrito Federal e dos municípios será realizada pelo ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, permitida a delegação", acrescenta o texto.

A MP autoriza a Fundação Nacional do Índio (Funai), de forma excepcional e temporária, a efetuar diretamente o pagamento de diárias a **servidores públicos** e militares integrantes dos **órgãos** de segurança pública estaduais e distritais que atuarão na proteção das barreiras sanitárias. Os custos com as diárias correrão à conta da dotação orçamentária da entidade, que também será responsável pelo planejamento e pela operacionalização das ações de controle das barreiras sanitárias.

Ao lado de Bolsonaro no STF, Fux ataca o negacionismo

Daniel Carvalho e Matheus Teixeira - Brasília

Em cerimônia de abertura do ano Judiciário nesta segunda (1º), o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, afirmou que a corte tomou decisões corretas no "caos insondável" da pandemia da Covid-19.

Ao lado do presidente Jair Bolsonaro, que participou da solenidade no Supremo, Fux também ressaltou que a ciência vencerá o coronavírus e que a "racionalidade vencerá o obscurantismo".

Em sua fala, o ministro do Supremo também criticou o discurso recente do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS), desembargador Eduardo Contar, que minimizou a pandemia ao tomar posse no comando do tribunal estadual. O discurso do chefe do TJ-MS foi compartilhado por Bolsonaro em suas redes sociais.

"Confesso que fiquei estarrecido com o pronunciamento de um presidente de tribunal de Justiça minimizando as dores desse flagelo", afirmou Fux, que se virou para Bolsonaro em alguns momentos.

Ao tomar posse no tribunal estadual, o magistrado sul-mato-grossense afirmou que **servidores públicos** deviam retornar ao trabalho, "pondo fim à esquizofrenia e à palhaçada midiática fúnebre", além de ter pregado "o desprezo ao picareta da ocasião que afirma 'fiquem em casa'", em referência ao isolamento social. Desde o início da disseminação do novo coronavírus, Bolsonaro tem falado e agido em confronto com as medidas de proteção, em especial a política de isolamento.

Além dos discursos, o presidente assinou decretos para driblar decisões estaduais e municipais, manteve contato com pessoas na rua e vetou o uso obrigatório de máscaras em escolas, igrejas e presídios -medida derrubada pelo Congresso. Mais recentemente, entrou em uma "guerra da vacina" com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB).

Nesta segunda, Fux defendeu que não se deve dar "ouvidos às vozes isoladas, algumas inclusive no âmbito do Poder Judiciário, que abusam da liberdade de expressão para propagar ódio, desprezo às vítimas

e negacionismo científico". Segundo o magistrado, é tempo de valorizar "as vozes ponderadas".

Além do chefe do Executivo, também estiveram presencialmente na solenidade quatro ministros do Supremo, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não esteve na cerimônia.

Os demais integrantes do Supremo e o procurador-geral da República, Augusto Aras, participaram por meio virtual.

Primeiro a discursar, Fux defendeu a atuação do Supremo na pandemia. "No auge da conjuntura crítica, o STF, em sua feição colegiada, operou escolhas corretas e prudentes para a preservação da Constituição e da democracia, impondo a responsabilidade da tutela da saúde e da sociedade a todos os entes federativos, em prol da proteção do cidadão brasileiro", disse.

Segundo o magistrado, nesse período foram priorizados julgamentos relativos à Covid-19. "Privilegiamos na pauta casos de direta repercussão para o enfrentamento da pandemia, adaptando a agenda de julgamento da Corte para pacificarmos conflitos urgentes e garantirmos um mínimo de segurança jurídica e coordenação social nesse caos insondável".

Após mandar recados a Bolsonaro, Fux pregou a união e disse que a pandemia demonstrou "o quão apequenadas são nossas divergências e o quão pontuais são nossas discordâncias" quando comparadas com a grandeza da missão de zelar pela Constituição.

Como ocorre nas solenidades de abertura do ano, o presidente da República não usou a palavra. Além de Fux, discursaram o PGR e o presidente da OAB.

Aras ressaltou a importância de Fux ter priorizado julgamentos para o primeiro semestre como o que discute o direito ao esquecimento. "Que 2021 seja um ano de tolerância e respeito à diversidade", disse.

O procurador-geral elogiou o empenho dos profissionais de saúde no combate à pandemia e

afirmou que o Ministério Público está atuando para apurar a responsabilidade de gestores em relação à crise de saúde em Manaus.

O presidente da OAB também usou a palavra e disse que a instituição tem atuado na "luta feminista e antirracista".

"A reparação histórica é uma necessidade e a advocacia brasileira não se furtou a assumir essa tarefa. São lições cidadãs que se relacionam com a luta pelo fortalecimento da democracia e podem tornar o mundo um lugar melhor", disse.

Ele elogiou a atuação do Judiciário em 2020. "Durante um ano em que a pandemia nos impôs tantas limitações e adversidades, o Poder Judiciário soube construir saídas que mantiveram o funcionamento da Justiça em condições absolutamente excepcionais."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

25

Velha política - ESPLANADA



Walmor Parente (interino)

Antes crítico contumaz do "toma lá dá cá" e da velha política, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido/foto) e seu governo recorreram às tradicionais estratégias na condução das negociações em torno das sucessões na Câmara e no Senado.

Desde que a disputa teve início oficialmente, com o anúncio de candidaturas, em dezembro, mais de R\$ 900 milhões saíram dos cofres públicos - com a benção do Planalto - para arcar com emendas indicadas por parlamentares.

Fiéis

Os pagamentos dos valores totais das emendas individuais privilegiaram partidos fiéis aos candidatos chancelados pelo Planalto, como Republicanos - do bloco de Arthur Lira (PP-AL) -, e o DEM, partido de Rodrigo Pacheco (MG).

Salto

Aliás, chama a atenção o aumento do pagamento de emendas entre 2019 e 2020 - ano de pandemia e de eleições municipais. Conforme os portais da Transparência do Governo Federal e Siga Brasil, do Senado, os repasses de recursos saltaram de R\$ 5,7 bi para 16,1 bi.

Impositivo

Após a aprovação do orçamento impositivo pelo Congresso, o Planalto é obrigado a liberar os recursos previstos para as emendas indicadas pelos parlamentares para seus redutos eleitorais em todo o país.

Se gritar

Anda sumido o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno. E mudo. Bem diferente da época da convenção nacional do PSL, em julho de 2018, quando cantarolou: "Se gritar pega Centrão, não fica um meu irmão".

Capilaridade

O orçamento bilionário, a capilaridade e o poder diante de prefeitos e governadores do Ministério do Desenvolvimento Regional são os principais atrativos que fazem o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) cogitar assumir o comando da pasta nos próximos dias.

CCJ

Principal articulador da sucessão no Senado, o senador tem predileção na **reforma ministerial** que está sendo gestada no Planalto. Alcolumbre, no entanto, permanece indeciso entre assumir o cargo no governo ou permanecer no Senado, no comando da Comissão de Constituição e Justiça.

Cidadania

Outra pasta com orçamento bilionário e programas como o Bolsa Família, o Ministério da Cidadania está reservado para o Republicanos da Câmara. Onyx Lorenzoni (DEM-RS) assumirá o comando da Secretaria-Geral da Presidência.

Negacionismo

Reticente ao uso de máscara, o presidente Jair Bolsonaro - em postura rara - usou a proteção durante a cerimônia de abertura do Ano Jurídico. E ouviu do presidente do STF, Luiz Fux, duras palavras interpretadas como críticas diretas ao governo: "Não devemos dar ouvidos às vozes isoladas . . . que abusam da liberdade de expressão para propagar ódio, desprezo às vítimas e negacionismo científico".

Imunização

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a imunização de todos os indígenas no país, independentemente do lugar onde residem. "D es d e o começo da pandemia, vários estudos alertaram para o fato de que a população indígena apresenta maior

vulnerabilidade sociodemografica", sublinha o documento.

Prêmio

Foi rejeitado o pedido do servidor Bruno Reis (lotado na prefeitura de Belo Horizonte) de impugnação do "Prêmio Cidade Belo Horizonte 2020". No despacho da decisão, a prefeitura elenca os critérios impeditivos de participação no concurso: "**Servidores públicos** efetivos, empregados públicos ou aqueles que exerçam, mesmo que transitoriamente, função pública, com ou sem remuneração".

Open

Lançado pelo Banco Central, o Open Banking permitirá a transferência de informações entre instituições financeiras. Segundo o BC, o sistema possibilitará o surgimento de ferramentas de comparação de produtos e serviços, aumentando a competitividade entre os bancos e melhorando a oferta aos clientes.

ESPLANADEIRA

ANS, após demandas do SINOG, cria grupo de trabalho específico para discutir Odontologia Suplementar. A expectativa das operadoras é que seja estabelecido marco regulatório diferente do aplicado aos planos médico-hospitalares. # Rede Louvre Hotels Group - B r a z i l anuncia novos diretores de marketing e venda e operações. # Monique Abrantes lança para o mercado de festas e eventos canal Gastromonix. # Nimbi fecha parceria com Associação Nacional dos Restaurantes .

A seção Esplanadeira divulga informações de cultura, esporte, mercado, ações sociais e outras, sem qualquer contrapartida de anúncios ou financeira. Envio de sugestões para reportagem@colunaesplanada.com.br

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-d7852cd2408d9d3205dc75b59a6ce22e.pdf

Fux no STF: a ciência vencerá



Covid-19.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-d7852cd2408d9d3205dc75b59a6ce22e.pdf

Na abertura do ano judiciário ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, fez questão de alfinetar o presidente Jair Bolsonaro, que estava ao seu lado, ao dizer que a "racionalidade" e a "ciência" vencerão o "obscurantismo" no combate à pandemia da covid-19. Para Fux, a Suprema Corte tomou decisões corretas no "caos insondável" da pandemia da covid-19.

Além disso, o ministro criticou o discurso do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS), desembargador Eduardo Contar, que minimizou a pandemia ao tomar posse no comando do tribunal estadual. O discurso foi compartilhado por Bolsonaro nas redes sociais.

"Confesso que fiquei estarelecido com o pronunciamento de um presidente de tribunal de Justiça minimizando as dores desse flagelo", afirmou Fux.

Ao tomar posse no tribunal estadual, o magistrado afirmou que **servidores públicos** devem retornar ao trabalho, "pondo fim à esquizofrenia e à palhaçadamiidática fúnebre", além de ter pregado "o desprezo ao picareta da ocasião que afirma "fiquem em casa", em referência ao isolamento social.

Vozes ponderadas O presidente do Supremo defendeu que não se deve dar "ouvidos às vozes isoladas, algumas inclusive no âmbito do Poder Judiciário, que abusam da liberdade de expressão para propagar ódio, desprezo às vítimas e negacionismo científico". Segundo o magistrado, é tempo valorizar "as vozes ponderadas".

Fux defendeu a atuação do Supremo na pandemia.

"No auge da conjuntura crítica, o STF, em sua feição colegiada, operou escolhas corretas e prudentes para a preservação da Constituição e da democracia, impondo a responsabilidade da tutela da saúde e da sociedade a todos os entes federativos, em prol da proteção do cidadão brasileiro", disse. Segundo o magistrado, foram priorizados julgamentos relativos à

Planalto terá de pagar por lealdade do Centrão

ROSANA HESSEL

As eleições às Presidências da Câmara e do Senado, realizadas ontem, mostraram um novo tabuleiro para ser jogado no Congresso, a partir de hoje, com o deputado Arthur Lira (PP-AL), líder do Centrão, e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no comando das duas Casas. Os dois eleitos tiveram o apoio declarado do presidente Jair Bolsonaro, o que não significa uma vitória do chefe do Executivo, porque ele não está com as duas mãos na taça. Ao aliar-se ao Centrão, o mandatário ainda vai pagar preço alto pelo apoio, como cargos e liberação de emendas e, mesmo assim, pode ser traído a qualquer momento.

Além de ir na contramão das promessas de campanha com essa aliança, Bolsonaro não deve garantir o destravamento da pauta da agenda liberal, com reformas estruturais, que são impopulares em um período pré-eleitoral, mesmo com seus candidatos comandando as duas Casas do Congresso, conforme destacaram analistas. O que está certo que vai andar, segundo eles, é o Orçamento de 2021, porque é inevitável e precisará ser votado o quanto antes. O resto, pouco deve avançar. Eles lembraram que as incertezas continuam sobre a definição do novo auxílio emergencial ou de uma ampliação do Bolsa Família para socorrer os mais vulneráveis, pois a pandemia da covid-19 não acabou, e a segunda onda e a nova variante do coronavírus mostram-se mais fortes do que nunca.

Logo, Bolsonaro não terá uma vida fácil com o Centrão dando as cartas na Câmara nos próximos dois anos. "Só o tempo dirá se ele dominará o Centrão ou se o Centrão o dominará. O importante é saber que, ao contrário do que seus apoiadores têm cantado em verso e prosa, nada está dado. Não é jogo jogado", afirmou Carlos Melo, cientista político e professor do Insper. No Senado, não deverá ser diferente, pois Pacheco já sinalizou ser contrário, por exemplo, à privatização da Eletrobras.

Para analistas, os avanços devem ocorrer apenas em medidas pontuais, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial e a autonomia do Banco Central. "O governo nunca teve uma agenda liberal, porque a pauta era, excessivamente, ambiciosa e fora da realidade, com equívocos que ainda podem voltar, como a CPMF (Contribuição Provisória sobre

Movimentação Financeira). O Centrão não vai fazer ajuste fiscal sem contrapartida de aumento de gastos, ainda mais, tão próximo da eleição do ano que vem", destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

"Estes dois anos serão mais desafiadores, apesar das novas Presidências das duas Casas do Congresso serem favoráveis ao governo, por conta do processo eleitoral que vai determinar as agendas do Legislativo até 2022", avaliou a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria. Na avaliação dela, o governo pode conseguir aprovar algo da PEC Emergencial, como forma de preservar o teto de gastos, mas não tem espaço para **reforma tributária** e grandes privatizações. "Não dá para ser muito otimista, de forma geral, e continuamos com viés cauteloso. Para Bolsonaro, o resultado é uma vitória para a preservação do mandato, mas, para a agenda econômica, o desafio será maior", emendou.

Bolsonaro pode até cantar vitória porque afastou, temporariamente, o fantasma do impeachment sobre seus ombros, com a vitória de Lira na Câmara. Contudo, essa ameaça poderá voltar se a popularidade do presidente, atualmente em torno de 30%, continuar em queda, com uma piora do cenário econômico e da pandemia, de acordo com os analistas. Segundo eles, se esse cenário virar, o chefe do Planalto poderá gastar o apoio que conquistou para se manter no poder, como aconteceu com o então presidente Michel **Temer** (MDB-SP), após o vazamento das gravações dos executivos da JBS, que travou o andamento da agenda reformista.

Pragmático

O consultor político Gaudêncio Torquato lembrou que o Centrão é pragmático e não tem preferência política. Nesse sentido, fez uma analogia sobre o grupo e seus três olhos. "Um olho olha para a direita; o outro, para a esquerda; e o terceiro e maior, é o que fica no meio da testa e que só vê o cargo e o poder. Se o Centrão perceber que Bolsonaro não está cumprindo o prometido, o que pode ocorrer, o bloco poderá se distanciar dele", destacou.

Ele lembrou que, se a economia continuar frágil, a tendência é de mobilização popular, enquanto o governo não sabe se vai recriar ou não o auxílio

emergencial. "Esse benefício será fundamental para a sustentação de Bolsonaro no Nordeste. Se o auxílio não for recriado, pode haver mobilização, e o Centrão vai olhar para isso", adicionou.

Na avaliação do advogado e cientista político Murilo Aragão, CEO da consultoria Arko Advice, os presidentes das duas Casas não terão o controle absoluto da agenda do Legislativo. "Neste ano, o grande desafio será fazer com que a maioria defenda a agenda do governo, e o que precisará ser definido é qual será o grau de suporte dessa base política. Para isso, o governo ainda precisará organizar o debate. Mas, essa agenda vai ser definida de acordo com a eleição de 2022", explicou. Na análise dele, o governo tem de definir melhor o que ele quer. "No caso do auxílio emergencial, que será inevitável, é preciso uma solução sem afetar o teto de gastos e, para isso, o governo vai ter de decidir qual privilégio vai quebrar. Acredito que a equipe econômica já teve tempo suficiente para pensar em uma solução", apontou.

Reforma tributária, o primeiro desafio - MERCADO S/A

AMAUURI SEGALLA

Definida a eleição no Congresso, abre-se o leque de prioridades a serem debatidas e deliberadas pela novo comando do Legislativo. E a **reforma tributária** se impõe como um dos temas primordiais. Há poucos dias, o deputado Arthur Lira afirmou ser a **reforma tributária** "a mais importante de todas". Nessa discussão, é importante considerar dois fatores. O primeiro deles deverá ser tratado hoje: a aprovação do Orçamento. O novo comandante da Câmara deve definir o calendário de votação, hoje, com o presidente eleito do Senado, Rodrigo Pacheco. A disposição do governo e do Congresso em racionalizar o "manicômio tributário" passa necessariamente por ajustes nas despesas e receitas no Orçamento. No outro lado da ponta, encontra-se o setor produtivo, estrangulado e em condições difíceis para ampliar investimentos e contratações em razão da carga tributária altíssima. O Brasil tem pressa em crescer. E o crescimento passa obrigatoriamente por uma evolução no sistema tributário.

Desafiador

O Itaú Unibanco alcançou um lucro líquido de R\$ 5,388 bilhões no quarto trimestre de 2020. É um recuo de 26,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior, mas um avanço de 7% em relação ao terceiro trimestre. O resultado do quarto trimestre repete o quadro geral da economia, com uma retomada, ainda que lenta, da atividade. "Fomos capazes de responder aos desafios extraordinários trazidos pela pandemia, sem comprometer nosso foco em satisfação de clientes, transformação digital e eficiência", avaliou o presidente do banco e futuro membro do Conselho da instituição, Candido Bracher. Em 2020, o Itaú teve uma queda de 34,6% no lucro, chegando a R\$ 18,5 bilhões.

Freio de mão

Cautela é a palavra de ordem no início deste ano. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) caiu 2,2 pontos em janeiro ante dezembro de 2020, para 93 pontos. Esse número reflete, segundo a FGV, a tendência de desaceleração econômica. A Fundação detalha o recuo da confiança nos diferentes indicadores que compõem o dado consolidado. Enquanto a indústria

sinaliza uma desaceleração, o setor de serviço enfrenta dificuldades para reagir. Para medir o ICE, a FGV reuniu informações de 4.132 empresas dos quatro setores entre os dias 2 e 27 de janeiro.

Bom para todos

Uma semana após Wilson Ferreira anunciar a saída da presidência da Eletrobras, a estatal começa a se recuperar do tombo nas Bolsas. Ontem, as ações da empresa deram um salto de 9%, apesar de a privatização se tornar uma possibilidade cada vez mais remota. Na semana passada, com o anúncio de Ferreira, a Eletrobras perdeu R\$ 4,3 bilhões em valor de mercado em um único dia. Em compensação, a BR Distribuidora, empresa que o executivo ocupará o cargo de CEO, viu as ações subirem mais de 9,5%.

Retomada

A Braskem vai retomar as operações na unidade de cloro e soda em Maceió. Desativada há quase dois anos, a planta vai funcionar com o sal importado do Chile. A empresa deve divulgar um fato relevante ao mercado assim que o negócio estiver totalmente acertado. A Braskem interrompeu a extração de sal em Alagoas em maio de 2019, após o evento geológico que afundou o solo de alguns bairros e causou tremores de terra. Mais de 9,2 mil famílias tiveram de ser realojadas em razão do episódio. No final do ano passado, a empresa entrou em acordo com o Ministério Público.

Casa cheia

A temporada de balanços do quarto trimestre de 2020 foi positiva para a incorporadora RNI, do grupo Rodobens. O resultado para o período foi o melhor dos últimos cinco anos, apesar da pandemia. A empresa alcançou recorde de vendas líquidas, totalizando R\$ 560 milhões no ano passado. Para 2021, quando completa 30 anos de atividade, a RNI pretende investir em cidades do interior, com economia centrada no agronegócio.

Além de Rio-SP

Um estudo realizado pela Endeavor, em parceria com a Enap, indica as cidades fora do eixo Rio-São Paulo que reúnem as melhores condições para o

desenvolvimento de novos negócios. Naturalmente, a capital paulista mantém a liderança quando se trata de critérios como acesso a capital e infraestrutura. Mas, segundo o Índice de Cidades Empreendedoras, municípios do Norte e Nordeste concentram uma forte cultura favorável ao empreendedorismo. Já na Região Sul, o estudo da Endeavor e da Enap destaca a inovação em municípios como Florianópolis. E cidades como Vitória, Niterói (RJ) e Juiz de Fora (MG) se sobressaem no quesito capital humano.

Efeito pandemia

A covid-19 tornou-se um divisor de águas, com saldo positivo ou negativo, a depender do segmento. A Ryanair, conhecida por oferecer voos comerciais a baixo custo, sofreu uma perda de US\$ 370 milhões entre outubro e dezembro e antevê 2020 como o pior ano da história. O motivo do tombo é conhecido: a onda de restrições às companhias aéreas para conter o avanço do novo coronavírus.

Efeito pandemia 2

Em compensação, a Nintendo deu um salto espetacular nas vendas. O grupo japonês registrou, de abril a dezembro de 2020, um lucro líquido de US\$ 3,6 bilhões - 91,8% a mais que no mesmo período do ano anterior. As vendas do console Switch e do jogo Animal Crossing foram decisivas para o resultado excepcional. Em **comunicado**, a gigante dos videogames admite que a pandemia, com maior enclausuramento das pessoas, contribuiu para os números excepcionais. Mas não deixou de reconhecer o sucesso de vendas de seus produtos.

A política desacreditando Moro - EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS

O ex-ministro da Justiça Sergio Moro apresentou uma nota em que se defendeu das acusações de parcialidade baseadas nas conversas interceptadas por um hacker e tornadas públicas, ontem, por decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do STF: "A interação entre juízes, procuradores e advogados são comuns em nossa praxe jurídica, não havendo nada de ilícito, por exemplo, em perguntar sobre conteúdo da denúncia, na solicitação para manifestação com urgência em processos, inclusive para decidir sobre pedidos de liberdade provisória, ou no encaminhamento de notícia de crime ao MPF", ressaltou. Mas a narrativa de perseguição política vai se fortalecendo à medida em que Moro vai consolidando o perfil de político.

Disputa pela Comissão de Orçamento

A derrota de Rodrigo Maia (DEM-RJ) é ruim para a deputada Flávia Arruda (PL-DF). É que o ex-presidente da Câmara, amigo do casal Arruda, recebeu a parlamentar de primeiro mandato com deferência em sua gestão. Flávia assumiu a presidência da Comissão Externa de Combate à Violência Contra a Mulher. Mas ela também tem apoio do Centrão e chegou a ser indicada para a Presidência da Comissão Mista de Orçamento.

Trabalho contra

O deputado Luís Miranda (DEM-DF) foi um dos primeiros no partido a apoiar e trabalhar a favor da candidatura de Arthur Lira (PP-AL) à Presidência da Câmara. Trabalhou bastante intensamente contra Rodrigo Maia (DEM-RJ). Está de olho na relatoria da **Reforma Tributária**.

Disputa pela Comissão de Orçamento

A derrota de Rodrigo Maia (DEM-RJ) é ruim para a deputada Flávia Arruda (PL-DF). É que o ex-presidente da Câmara, amigo do casal Arruda, recebeu a parlamentar de primeiro mandato com deferência em sua gestão. Flávia assumiu a presidência da Comissão Externa de Combate à Violência Contra a Mulher. Mas ela também tem apoio do Centrão e chegou a ser indicada para a Presidência da Comissão Mista de Orçamento.

FAC para todos

O Secretário de Cultura e Economia Criativa, Bartolomeu Rodrigues, o Bartô, vai lançar, nesta semana, uma campanha para incentivar artistas a se inscreverem no Cadastro de Entes e Agentes Culturais (Ceac) antes de iniciar a fase de publicação dos editais do Fundo de Apoio à Cultura, principal linha de fomento do setor. O cadastro é prerrogativa para quem busca ajuda financeira do fundo e, segundo o secretário, o número de inscritos, hoje, que é de cerca de 3.600, pode mais do que dobrar. "Queremos que os recursos cheguem, literalmente, na ponta, atendendo artistas que estão comendo o pão que o diabo amassou para sobreviver nessa pandemia", afirma.

A pergunta que não quer calar..

O que muda no Congresso sob o comando de parlamentares do Centrão?

FAC para todos

O Secretário de Cultura e Economia Criativa, Bartolomeu Rodrigues, o Bartô, vai lançar, nesta semana, uma campanha para incentivar artistas a se inscreverem no Cadastro de Entes e Agentes Culturais (Ceac) antes de iniciar a fase de publicação dos editais do Fundo de Apoio à Cultura, principal linha de fomento do setor. O cadastro é prerrogativa para quem busca ajuda financeira do fundo e, segundo o secretário, o número de inscritos, hoje, que é de cerca de 3.600, pode mais do que dobrar. "Queremos que os recursos cheguem, literalmente, na ponta, atendendo artistas que estão comendo o pão que o diabo amassou para sobreviver nessa pandemia", afirma.

Só papos

"Bom dia a todos, menos para o "democrata" que não sabe perder democraticamente dentro do próprio partido. O projeto de Maia, "viva eu e foda-se o Brasil" está a poucas horas de terminar"

Senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), comemorando, ontem, antecipadamente, a derrota do candidato apoiado por Rodrigo Maia à Presidência da Câmara

"Destruíram as faixas de apoio ao Baleia Rossi na Esplanada dos Ministérios. Isso tem nome: fascismo. E é contra esse tipo de atitude e de gente que estamos unidos. Se os bolsonaristas estão tão confiantes com a vitória do candidato do Bolsonaro, por que agem assim?"

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), agora ex-presidente da Câmara dos Deputados, que apoiou o deputado Baleia Rossi (MDB-SP)

À QUEIMA-ROUPA

Paco Britto (Avante) Vice-governador do DF

Este é um ano importante para a consolidação dos acordos políticos. Como está a sua relação com o governador Ibaneis Rocha?A minha relação com o governador Ibaneis sempre foi e continua sendo de amizade, lealdade e muita confiança. Sempre soube muito bem o papel de um vice, que é o de auxiliar o governador, e sei a minha importância e as minhas atribuições. O governador sabe que nunca quis ir além do espaço que ocupo, de ser vice, e isso deixa a nossa relação muito confortável.

Acredita que a dobradinha Ibaneis-Paco vai se repetir nas eleições de 2022?Sim! É um governo que está dando certo, que tem feito muito por Brasília. Na política, assim como no futebol, não mexemos em time que está ganhando. E esse time, comandado pelo governador Ibaneis tem marcado gol em cima de gol. É uma equipe vitoriosa e deve ser mantida em 2022.

Você vai trabalhar por isso?Tenho trabalhado para que este governo dê certo desde o primeiro dia que assumimos. Fizemos compromissos com o povo e estamos cumprindo todos. Antes de tudo, é preciso que a população valide nossos nomes como pessoas comprometidas com o Distrito Federal. O nome de um político deve ser colocado sempre com aval da população.

O Avante está bem contemplado na estrutura do governo?O Avante é um partido em ascensão. O Avante sai do pleito eleitoral de 2018 como uma das 21 siglas que atingiram a chamada cláusula de barreira. Com mais de 1,8 milhão de votos válidos, elegeu sete deputados federais e 15 estaduais em nove estados brasileiros e no Distrito Federal, onde elegemos os distritais João Cardoso e Reginaldo Sardinha. Nas últimas eleições, no ano passado, foi um dos partidos que mais cresceram. Como dizer que um partido que tem o segundo cargo mais importante do governo não está bem contemplado?

Acredita que Ibaneis pode ser candidato a um cargo nacional?Não sei. Mas preparado para isso, ele está!

A pandemia tem impedido avanços do governo?A pandemia impediu avanços não só no Distrito Federal, mas no mundo. As grandes economias mundiais sofreram com os efeitos da pandemia. Aqui no DF, estamos tendo grandes desafios, mas a responsabilidade e agilidade com que o governador Ibaneis tomou as providências fizeram com que a capital passasse pela primeira onda de forma um pouco mais amena do que outros Estados. Fomos a primeira unidade da Federação a fechar comércio e escolas. Depois, fomos reabrindo aos poucos, com responsabilidade. Temos cuidado, diuturnamente, para que não falte leitos de UTIs, nem atendimento à população. Abrimos hospital de campanha, hospital acoplado em Ceilândia. Estamos entre as cidades que mais estamos vacinando neste momento. E, mesmo durante a pandemia, as obras não pararam. Os projetos do governo não pararam. A economia girou. Com números menores do que o que queríamos, é fato, mas a economia do DF foi uma das poucas que apresentaram crescimento. A pandemia tem sido um desafio. Mas o governo está aí, justamente para isso, vencer desafios.

Qual a sua opinião sobre o governo Bolsonaro?Como todo governo, tem erros. Mas tem muitos mais acertos.

"O Brasil tem pressa" diz Rodrigo Pacheco

Independência e autonomia do Legislativo, defesa do Estado democrático de direito e pressa na aprovação das reformas tributária e administrativa, combate à pandemia e apoio ao Sistema Único de Saúde. Esse foi o tom dos discursos de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) como candidato e como novo presidente do Senado e do Congresso Nacional. "Trabalharemos muito, aviso desde logo a Vossas Excelências, porque o Brasil tem pressa. Muitas decisões importantes se avizinham. A votação de reformas que dividem opiniões, como a reforma tributária e a reforma administrativa, deverão ser enfrentadas com urgência, mas sem atropelo. O ritmo dessas e de outras reformas importantes será sempre definido em conjunto com os líderes e com o plenário desta Casa." Ele lembrou Juscelino Kubitschek: "Cabe aqui mencionar a profundidade e a atualidade do presidente Juscelino: "É inútil fechar os olhos à realidade. Se o fizermos, a realidade abrirá nossas pálpebras e nos impo-rá a sua presença". Em sua primeira entrevista após a eleição, Pacheco falou que vai trabalhar pela extensão do auxílio emergencial. "Há uma camada pobre que precisa ser assistida. Me comprometo a conversar com a equipe econômica para buscar caminhos", disse.

Ele também fez menção especial a três cidades: Porto Velho (RO), onde nasceu; Passos, no Sudoeste de Minas, onde morou até a adolescência; e Belo Horizonte, onde iniciou sua trajetória política. "Não descuido do zelo de reconhecer, sempre com orgulho, meus caros senadores Acir Gurgacz (PDT-RO), Marcos Rogério (DEM-RO) e Confúcio Moura (MDB-RO), minha origem de nascimento. Porto Velho. Rondônia, às margens do Rio Madeira, em 1976. Também não descuido do zelo de reconhecer minha amada cidade atual. Belo Horizonte, que me acolheu como filho há 28 anos. Mas foi na minha querida cidade de Passos, no Sudoeste de Minas, terra da minha querida e saudosa mãe, onde passei a infância e início da juventude.

que compreendi a plenitude do sentimento de pertencer a um lugar", afirmou Pacheco, durante o pronunciamento da vitória.

"Ao meu povo mineiro, prometo seguir desempenhando o mandato parlamentar sempre atento às necessidades de nossa gente, de nossos 853 municípios. Deveria, no entanto, desdobrar-me para destinar igual atenção aos outros 25 estados e ao Distrito Federal. E o que a integridade me impõe como um compromisso público, de presidente do Senado

Federal, e eu assumo", afirmou.

No discurso ainda como candidato, Pacheco afirmou: "Não haverá nenhum tipo de influência externa capaz de influenciar a vontade livre e autônoma dos senadores. A busca do consenso haverá de ser uma tônica. Mas há instrumentos e procedimentos próprios da democracia para se extrair uma conclusão. A conclusão que advenha da vontade da maioria. Portanto, asseguro com toda a força do meu ser o meu propósito de independência em relação aos demais poderes, às demais instituições. Buscando sempre harmonizar o Poder Legislativo com os demais poderes da República." E completou: "Nós vamos inaugurar um diálogo pleno, efetivo e de resultados, porque isso é para ontem, para que se possa conciliar o teto de gastos públicos com assistência social num diálogo junto com a equipe econômica do governo federal." Já eleito presidente do Senado, Pacheco disse estar comprometido com a democracia, com a independência dos poderes e com as propostas que visem ajudar a reduzir a miséria e possam diminuir a desigualdade social. E que se pautará pelo colégio de líderes, formado por representantes de todos os partidos, comprometendo-se a garantir a presença feminina mínima neste grupo, mesmo que não haja uma mulher líder de partido.

"O Senado volta a se unir no afã de desempenhar fielmente o mandato conferido a todos nós. Somente assim poderemos caminhar em busca do que realmente precisamos neste momento: criar uma sociedade justa e livre, desprovida de preconceitos e discriminações de quaisquer naturezas; atuar com vistas ao trinômio saúde pública, crescimento econômico e desenvolvimento social, com o objetivo de preservar vidas humanas, socorrer os mais vulneráveis e gerar emprego e renda aos brasileiros." PAN D EM IA Pacheco afirmou também: "Urge livrar o Brasil dessa avassaladora e trágica pandemia, que já vitimou mais de 225 mil irmãos brasileiros, inclusive nosso saudoso colega, senador Arolde de Oliveira. Minhas sinceras homenagens a todas essas vítimas da COVID-19. E um agradecimento penhorado a todos os profissionais de saúde e ao SUS. E submeter ao crivo do Parlamento as reformas e as proposições necessárias e imprescindíveis para o desenvolvimento do país".

Pacheco também defendeu a democracia e a liberdade: "Para realizar essa missão, buscarei guiarme sempre pelos valores que jurei defender: a República, a Federação e o Estado democrático de

direito; as liberdades, a democracia, as estabilidades social, política e econômica do país, bem como a segurança jurídica, a ética e a moralidade pública, com respeito às leis e à Constituição Federal".

BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro foi um dos primeiros a reconhecer publicamente a vitória de Rodrigo Pacheco no Senado. Em postagem no Twitter, ele falou do sistema eleitoral brasileiro, lembrando que Pacheco se elegeu por meio de votos de papel.

Bolsonaro defende insistentemente que o Brasil deixe de usar urnas eletrônicas por insinuar, sem provas, que elas são fraudulentas. "Em cédula de papel, o Senado Federal elegeu o senador Rodrigo Pacheco (57 votos de 81 possíveis) para presidir a Casa no biênio 2021/23", afirmou. (Com agências)

-

"Asseguro, com toda força do meu ser, o meu propósito de independência em relação aos demais poderes, em relação às demais instituições, buscando sempre harmonizar o Poder Legislativo com os demais poderes da República" Rodrigo Pacheco (DEM-MG, novo presidente do Senado

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas/02/02/2021/>

Pacheco, nome de Alcolumbre e do Planalto, vence no Senado

Renato Machado e Thiago Resende - Brasília

O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), 44, venceu nesta segunda-feira (1º) a eleição para a presidência do Senado, casa legislativa que vai comandar pelos próximos dois anos.

Pacheco vai suceder Davi Alcolumbre (DEM-AP), seu padrinho político na disputa, que se engajou completamente na articulação por apoio e votos. Pacheco também era o candidato do presidente Jair Bolsonaro.

O senador mineiro obteve um total de 57 votos na disputa, acima dos 41 necessários.

Sua concorrente mais direta na disputa, Simone Tebet (MDB-MS) perdeu força na reta final da campanha, principalmente após o racha em própria sua bancada. Terminou a eleição com 21 votos.

A disputa começou com outros três candidatos: Major Olímpio (PSL-SP), Lasier Martins (Podemos-RS) e Jorge Kajuru (Cidadania-GO). Os três, porém, desistiram às vésperas da votação e anunciaram apoio a Tebet.

Em discurso após a vitória, Rodrigo Pacheco disse que as reformas tributária e administrativa precisam ser enfrentadas com urgência, mas sem atropelo.

"Muitas decisões importantes se avizinham. Reformas que dividem opiniões, como a reforma tributária e a reforma administrativa, deverão ser enfrentadas com urgência, mas sem atropelo. O ritmo dessas e de outras reformas importantes será sempre definido em conjunto com os líderes e com o plenário desta Casa", afirmou.

Pacheco defendeu a independência do Senado em relação aos outros Poderes, embora o Planalto tenha atuado para fortalecer sua campanha.

O novo presidente do Senado declarou que a Casa deverá analisar medidas e reformas para o desenvolvimento econômico do país, além de propostas para gerar empregos.

Pacheco está em seu primeiro mandato no Senado, após quatro anos como deputado federal.

O então líder da bancada do DEM se tornou o nome de Alcolumbre na disputa depois que o Supremo Tribunal Federal vetou a reeleição para o cargo na mesma legislatura. O ex-presidente do Senado estava certo de sua recondução, tanto que articulou com antecedência o apoio de muitos partidos. No entanto, foi surpreendido em dezembro com a decisão do STF.

Alcolumbre chegou a trabalhar com outros nomes, que foram perdendo força ou se recusaram a entrar na disputa. Rodrigo Pacheco então se mostrou a melhor opção.

Nas vésperas do Natal, Alcolumbre levou seu apadrinhado para receber a bênção de Bolsonaro em um almoço. Publicamente, Bolsonaro afirmou algumas semanas depois que sentia "simpatia" pelo senador por Minas Gerais.

Pacheco herdou então parte das articulações de Alcolumbre e chegou ao dia da votação como grande favorito. Sua candidatura recebeu o apoio de 10 bancadas no Senado - DEM, PDT, PL, PP, PROS, PSC, PSD, PT, Rede e Republicanos.

O grande apoio obtido foi fruto de uma estratégia agressiva do grupo de Alcolumbre, que almejou fechar o máximo de alianças enquanto os partidos rivais ainda discutiam nomes para a disputa.

O então presidente do Senado contava com o aval do Planalto para negociar cargos e a liberação de recursos.

Além dos apoios, o grupo conseguiu "traições" em bancadas que inicialmente estariam completamente com sua principal rival. O golpe fatal foi conseguir rachar a bancada do próprio MDB, forçando a senadora de Mato Grosso do Sul a concorrer como avulsa.

O MDB anunciou que estaria unido em torno de uma única candidatura. Simone Tebet foi confirmada no dia 12 de janeiro, após os outros três pré-candidatos fracassarem. Estavam na disputa o líder da bancada, Eduardo Braga (MDB-AM) e os líderes do governo Bolsonaro no Senado e no Congresso, respectivamente Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e Eduardo Gomes (MDB-TO).

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49425>

Alguns membros da bancada, no entanto, manifestavam reservas. Quando o apoio prometido a ela de outras bancadas não se concretizou, cresceu a pressão para que desistisse da candidatura. O argumento era que, como a derrota parecia certa, seria melhor compor com os rivais para obter espaço na Mesa Diretora.

Faltando menos de uma semana para a eleição, Alcolumbre fez grande ofensiva. Em reunião com Braga, ofereceu à bancada a primeira vice-presidência da Casa, a Segunda Secretária da Mesa Diretora e o comando de duas comissões, em troca da adesão à candidatura de Pacheco.

Antes do encerramento das negociações, Tebet viu que havia perdido o apoio de sua bancada e lançou candidatura avulsa. A senadora contava apenas com o apoio da bancada do Podemos, que conta com nove senadores -embora Romário (RJ) e Marcos do Vai (ES) já manifestassem apoio a Pacheco-, Cidadania (3 senadores), PSL (2) e parte das bancadas do PSDB e do MDB.

Antes do resultado, Tebet criticou a interferência do governo. Ao distribuir emendas e cargos públicos, aliados de Bolsonaro impulsionaram a candidatura de Pacheco.

Bolsonaro destaca uso de voto impresso

Na mensagem que publicou no Facebook após a eleição de seu aliado Rodrigo Pacheco para a presidência do Senado, o presidente Jair Bolsonaro destacou que a votação ocorreu em cédula. "Em cédula de papel, o Senado Federal elegeu o Senador Rodrigo Pacheco (57 votos de 81 possíveis) para presidir Casa no biênio 2021/22", escreveu. O presidente é defensor do voto impresso e já disse que, sem cédulas nas eleições de 2022, "vamos ter problema pior que nos EUA"-referência à invasão do Capitólio por partidários do ex-presidente Trump. Pouco depois, o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Luís Roberto Barroso, exaltou a urna eletrônica e afirmou que o sistema eleitoral brasileiro é confiável e auditável.

O ministro destacou que na época em que o pleito no Brasil ocorria com voto no papel as fraudes se espalhavam por todo o país. Ele disse também que o retorno do sistema seria um retrocesso.

"É impossível, com todo o respeito devido e merecido às compreensões diferentes, defender a volta ao voto em cédula" disse.

Site:

O Senado em números



R\$ 313.093
é o custo total mínimo/mês
de 1 senador federal

Custos Em R\$

Salário	33.763
Verba para contratação de assessores	245.618
Auxílio-mudança	33.763
Auxílio-moradia	5.500
Cota para gastos parlamentares	33.713

Gastos variáveis

Além das verbas fixas, senadores têm direito a carro oficial com cota mensal de gasolina, gráfica para impressão de material, reembolso de despesa médica, entre outros benefícios

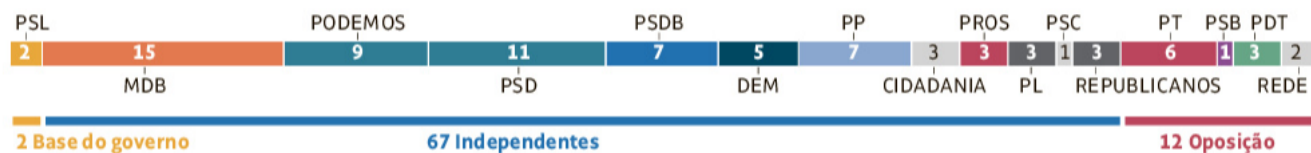
81*
parlamentares

72
apartamentos
funcionais

5.879
servidores, excluídos
terceirizados

R\$ 4,7 bilhões
é a previsão do orçamento
para 2021

Composição do Senado Federal



* O senador Chico Rodrigues (DEM-RR), flagrado com dinheiro em sua cueca, está licenciado e seu suplente não foi convocado

O momento da reforma tributária (2)

BERNARD APPY

Neste início de ano legislativo é inevitável a discussão sobre qual deve ser a pauta prioritária do Parlamento em 2021. Sem deixar de reconhecer a importância de outros temas, vou explicar por que entendo que a **reforma tributária** deve ser um dos itens centrais dessa pauta.

Algumas pessoas podem achar que a reforma da tributação do consumo de bens e serviços - objeto de várias Propostas de Emenda Constitucional em tramitação - não seria prioritária, pois sua implementação pressupõe uma tramitação longa e seus efeitos seriam de longo prazo.

Nada mais equivocado.

Embora as propostas de reforma da tributação do consumo efetivamente contemplem uma transição longa, sua aprovação poderia ter efeitos relevantes no curto prazo. Tais efeitos resultam essencialmente do impacto favorável da reforma sobre o potencial de crescimento do País, ainda que sua efetivação ocorra num prazo relativamente longo. A perspectiva de maior crescimento tende a afetar positivamente as expectativas empresariais, criando um ambiente mais propício para o investimento e beneficiando a retomada da economia nos próximos anos.

Adicionalmente, o maior crescimento tem um impacto positivo sobre a arrecadação de **tributos**, mesmo mantendo a carga tributária constante como proporção do **PIB**.

Se esse aumento da receita for acompanhado de uma política racional de limitação da expansão das despesas públicas, o resultado é um fortalecimento do resultado fiscal. Segundo estimativas do economista Bráulio Borges, esse efeito tende a ser relevante num horizonte de 15 a 20 anos, podendo resultar numa redução de algumas dezenas de pontos percentuais da relação dívida pública/**PIB**.

Mesmo que esse efeito seja de longo prazo, a melhora das perspectivas de solvência do setor público tem um impacto imediato sobre as expectativas e a curva de juros, podendo ajudar de forma relevante na retomada da demanda e da atividade econômica na saída da crise atual.

Em suma, ainda que os efeitos diretos da **reforma tributária** sobre a economia sejam de longo prazo,

seus impactos indiretos podem ser muito importantes para ajudar na recuperação da economia já no curto prazo. Contrariamente ao senso comum, o que pode ter algum efeito negativo no curto prazo (ainda que positivo no longo prazo) são mudanças na tributação de bens e serviços sem transição, pois as mudanças de preços relativos são mais difíceis de serem absorvidas e podem prejudicar alguns setores já bastante afetados pela pandemia.

Outro motivo para incluir a reforma da tributação do consumo entre as prioridades de 2021 é o ambiente favorável à reforma, seja entre o empresariado, seja entre os entes da Federação.

Do ponto de vista do empresariado, hoje - mais do que no passado - há uma clara compreensão dos prejuízos à economia provocados pelas distorções na tributação de bens e serviços. Ainda que alguns setores ainda resistam a uma reforma com alíquotas e regras homogêneas, não há quem defenda a manutenção do sistema atual.

Mais importante, no entanto, é o ambiente federativo positivo, sobretudo entre os Estados - que no passado sempre foram um grande obstáculo ao andamento da **reforma tributária**.

Há hoje uma conjunção favorável à reforma, caracterizada por governadores e secretários de Fazenda com um pensamento racional e moderno sobre questões tributárias, que não necessariamente será mantida após as eleições de 2022.

Há vários motivos que justificam a priorização da reforma da tributação do consumo em 2021. É verdade que o tema da **reforma tributária** é mais amplo e que há mudanças importantes a serem feitas na tributação da renda, da folha de salários e do patrimônio (algumas das quais talvez sejam factíveis no curto prazo), mas o tema que está mais maduro - técnica e politicamente - é o da reforma da tributação do consumo.

Seria um grande desperdício deixar de priorizar essa agenda nos próximos meses.

Seus impactos indiretos podem ser importantes para ajudar na recuperação da economia já no curto prazo

DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma ministerial ganha impulso e pode envolver troca na Saúde

Andréa Jubé e Matheus Schuch

O desfecho da acirrada disputa para o comando das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado impulsiona a **reforma ministerial**, num momento em que o presidente Jair Bolsonaro precisa consolidar a base de apoio ao governo para votar as reformas econômicas, construir uma alternativa ao auxílio emergencial que terminou em dezembro e aprovar pautas que lhe são caras, como o voto impresso.

A explosão da pandemia no Amazonas e a abertura de investigação tendo o ministro Eduardo Pazuello como alvo colocaram o Ministério da Saúde no centro do tabuleiro da reforma, abrindo a possibilidade de que a pasta retorne à cota do PP de Arthur Lira (AL).

As mudanças no primeiro escalão, entretanto, ocorrerão a conta-gotas, segundo auxiliares de Bolsonaro relataram ao Valor. A primeira etapa é o retomo do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, ao Palácio do Planalto, exatamente um ano depois de sua demissão da Casa Civil. Onyx assumirá o lugar de Jorge Oliveira na Secretaria-Geral da Presidência.

No entorno de Bolsonaro, há uma preocupação de que uma ampla **reforma ministerial**, logo após a eleição dos novos dirigentes do Congresso, deixasse o governo exposto às críticas de que cedeu ao "toma-lá-dá-cá", repudiado pelos seguidores do presidente.

As articulações com os partidos do Centrão, porém, preveem a abertura de assentos na Esplanada a nomes indicados por parlamentares influentes no bloco. Com a iminente nomeação de Onyx para a Secretaria-Geral, a vaga aberta no Ministério da Cidadania está prometida para um nome indicado pelo Republicanos, segundo fontes do governo.

A sigla abrigou o senador Flávio Bolsonaro (RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (RJ). Ontem o Republicanos renunciou a uma vaga na Mesa Diretora da Câmara e cedeu ao bloco de Baleia Rossi (MDB-SP) para apressar a solução de um impasse e evitar o adiamento do início da votação.

O presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), tem negado qualquer articulação de seu partido para assumir um ministério.

Na cúpula do PP, há expectativa de que o Ministério da Saúde volte à cota do partido. O mais cotado seria o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PR), que foi ministro da pasta na gestão Michel **Temer**. Barros é um dos nomes mais próximos de Bolsonaro, do ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, e do presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI).

Contudo, auxiliares de Bolsonaro sublinham que o presidente não faz mudanças sob pressão. Ele reluta em substituir um auxiliar que lhe é caro como Pazuello num momento em que ele está sob fogo cruzado, alvo de investigação da Polícia Federal, pressionado pelas crises no Amazonas e no processo de vacinação.

Segundo fontes do Planalto, Bolsonaro prefere esperar uma fase de estabilização da vacinação contra a covid-19 e um cenário menos turbulento para substituir o auxiliar.

Em paralelo, com Rodrigo Pacheco à frente do Senado, e Arthur Lira no comando da Câmara - segundo os prognósticos do governo na noite de ontem -, o Planalto enxerga uma conjuntura de afinidade para solucionar o impasse em torno do auxílio emergencial.

Lira está em sintonia com o relator da PEC Emergencial e do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC). Ambos defendem um Bolsa Família turbinado em vez da prorrogação do auxílio. O modelo concebido por Lira implica uma remuneração média de R\$ 280, e a inclusão de 10 milhões de novos beneficiários no programa.

A prioridade zero dos novos presidentes é a instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para votar a lei orçamentária de 2021. No pacote de negociações de Lira com aliados, entrou a presidência do colegiado para a deputada Flávia Arruda (PL-DF).

Em paralelo, devem avançar as votações da PEC Emergencial, das reformas administrativa e tributária, e das privatizações. Apesar do embate com Lira, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) deverá permanecer como relator da **reforma tributária**, mas bandeiras da esquerda como a tributação das grandes fortunas perdem fôlego.

Ontem auxiliares de Bolsonaro comemoravam a vitória de Pacheco no Senado, embora a notícia tenha sido recebida sem surpresas. A contabilidade interna indicava a vitória com folga do aliado.

Uma fonte próxima do presidente reconheceu que o ex-presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), teve papel relevante para costurar uma transição "amigável", o que inclusive teria poupado esforços do Planalto.

Nas redes sociais, Bolsonaro comemorou a vitória de Pacheco no Senado, antecipando a cobrança de uma fatura: o voto impresso. Bolsonaro escreveu em sua conta pessoal: "Em cédula de papel, o Senado Federal elegeu o Senador Rodrigo Pacheco (57 votos de 81 possíveis) para presidir a Casa no biênio 2021 /22."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Lentidão de reformas e vacinas preocupam, diz Amcham



Deborah Vieitas, da Amcham: "A retomada da economia nunca é linear"

Daniel Rittner

O ritmo lento e a falta de mobilização política em torno da agenda de reformas (71%) e a demora na vacinação nacional (40%) são apontados como os dois fatores que mais podem influenciar negativamente na retomada do crescimento econômico em 2021, conforme aponta pesquisa inédita realizada pela Amcham Brasil com 280 empresários e executivos do país.

Os líderes corporativos foram ouvidos pela Câmara Americana de Comércio sobre "aspectos que podem atrasar ou impactar a decolagem da nossa economia" neste ano. Também foram mencionados uma segunda onda de contaminação na pandemia de covid-19 (29% dos entrevistados), o isolamento do Brasil no cenário internacional (22%) e a escassez de crédito e a fuga de investimento estrangeiro (20%).

Para a presidente da Amcham, Deborah Vieitas, a pesquisa evidencia um receio grande de empresários e executivos com o futuro das reformas em pauta no Congresso Nacional. "A minha visão é que eles esperam uma agenda de continuidade das reformas e que o Congresso traga a votação da **reforma tributária**, em primeiro lugar, e em seguida da **reforma administrativa**, que coloca o serviço público numa rota de digitalização e desburocratização, aumentando a transparência", diz.

A sondagem foi feita entre os dias 14 e 21 de janeiro. Dois terços dos entrevistados são representantes de companhias grandes ou médias. A maior participação na pesquisa foi de CEOs, sócios ou vice-presidentes das empresas (28%), diretores (20%) e gerentes (24%).

A pesquisa também quis saber, considerando a retomada nos próximos dois anos, o que mais preocupa os empresários e executivos. Incerteza política (60%), custo Brasil (49%), insegurança jurídica (40%), corrupção (26%), desmatamento (25%) e isolamento global (25%) foram os pontos mais mencionados. Cada entrevistado podia citar dois fatores.

"A retomada da economia nunca é linear. Eu percebo uma expectativa muito positiva, com grande preocupação associada à vacinação da população brasileira", afirma Vieitas, referindo-se a um dos riscos à recuperação apontados na pesquisa. "Se tivéssemos mais planejamento e coordenado, poderíamos estar avançando com mais velocidade na imunização."

Sobre a troca de comando na Casa Branca e as perspectivas das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, os executivos acreditam que o governo brasileiro deve priorizar a aproximação com os principais interlocutores do governo Joe Biden, em busca de uma relação construtiva e pragmática (72%). Além disso, 49% dos consultados têm a expectativa da criação de uma agenda conjunta bilateral com foco no aprofundamento dos fluxos de comércio e de investimentos. Para 35%, é necessário o desenvolvimento de uma nova relação, focada em temas como sustentabilidade, bioeconomia, preservação ambiental.

"A questão ambiental será relevante nas nossas relações com a nova administração americana", acrescenta Vieitas. No ano passado, o comércio bilateral teve uma queda de quase 24% em relação a 2019, atingindo o pior fluxo dos últimos 11 anos. Os números foram bastante influenciados pela pandemia e pela recessão econômica nos dois países.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Bolsonaristas festejam vitória no Congresso como uma segunda posse para o presidente

Fábio Zanini

A vitória esmagadora de aliados do governo nas duas Casas do Congresso foi saudada pela base de apoio ao presidente Jair Bolsonaro como uma espécie de recomeço. Algo como se tivesse ocorrido uma segunda posse, com novo impulso para uma gestão que acaba de chegar à metade de seus quatro anos.

Um texto que circulou em grupos de apoio ao presidente no WhatsApp resume essa sensação de que agora tem início uma espécie de segundo mandato de Bolsonaro dentro do primeiro.

"Bolsonaro está num momento especial. Vai poder aprovar a PEC da Bengala e tirar quatro ministros do STF. Isso vai impactar direto na vida dos brasileiros. STF, Câmara e Senado a favor do governo será a sentença de morte pra esses ratos de porão que impedem o Brasil de ser uma grande nação", diz o texto, não assinado.

A referência à chamada PEC da Bengala seria o retorno da aposentadoria compulsória de ministros do STF para 70 anos, o que de imediato abriria mais três vagas na corte (e não quatro). As chances de algo assim prosperar são pífias, mas os bolsonaristas estão se dando o direito de sonhar alto.

Site alinhado ao presidente, a Gazeta Brasil cobrou de Lira que ajude a aprovar a pauta do governo, especialmente a econômica. "Contamos com você [Lira] para que as propostas sigam seu rumo, que não fique sentado em cima das reformas", pediu.

Em linha semelhante foi o Terra Brasil, outro veículo da mesma estirpe. "Com esse resultado e da vitória de Rodrigo Pacheco no Senado, o presidente Bolsonaro terá caminho aberto para botar em prática sua agenda econômica e [as reformas] que foram rechaçadas por Rodrigo Maia, que boicotou suas bandeiras".

A plateia bolsonarista clama, num primeiro momento, pela retomada da agenda econômica, pois sabe que o aumento do desemprego é a maior ameaça à sobrevivência política do presidente.

Embora Maia tenha sido fundamental na aprovação da reforma da Previdência e de outras medidas, ele passou a ser atacado por supostamente ter sido um

empecilho ao avanço dessa pauta.

Assessor internacional da Presidência, Filipe Martins comemorou o resultado listando uma série de supostos problemas criados pelo agora ex-presidente da Câmara dos Deputados.

"Só para lembrar que Rodrigo Maia, além de ter bombardeado o Brasil com 'pautas bombas', sabotou a **reforma tributária**, a reforma administrativa, a PEC emergencial, o novo regime do pré-sal, a nova lei do gás, a privatização da Eletrobras e de inúmeras empresas e muito mais", escreveu.

Mas a pauta econômica não é a única que interessa aos apoiadores do presidente. Se num primeiro momento o foco é na agenda de reformas defendidas pelo ministro Paulo Guedes (Economia), logo atrás vem a defesa de medidas que dizem respeito a valores e costumes, a chamada "pauta ideológica".

Nela, estão incluídos pontos como a ampliação do acesso às armas, educação domiciliar, restrições ao aborto, endurecimento penal e até o voto impresso.

Como resumiu o Jornal da Cidade Online, um dos mais aguerridos veículos de suporte ao presidente: "A eleição de Bolsonaro não tem relação apenas com o fato de a população brasileira ter se descoberto de direita e conservadora. Tem a ver também com o resgate de valores que estavam adormecidos na população, como patriotismo e valores morais/éticos e o fortalecimento da família".

E conclui, resumindo o sentimento eufórico dos apoiadores do presidente no dia seguinte a uma de suas mais importantes vitórias políticas: "O bolsonarismo avança. A velha mídia, que afirmava que a onda Bolsonaro limitou-se a 2018, ainda não entendeu nada".

Site:

<https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/?p=3963>

Ao som de 'É Tarde Demais', Lira celebra vitória com aliados e desafetos de Bolsonaro

Gustavo Uribe

A festa da vitória do novo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reuniu em uma mansão do Lago Sul, em Brasília, aliados e críticos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na madrugada desta terça-feira (2).

O jantar teve a presença tanto de ministros como Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Fábio Faria (Comunicações), que ajudaram o líder do centrão a garantir o êxito na Câmara, como de deputados federais como Joice Hasselmann (PSL-SP) e Julian Lemos (PSL-PB), desafetos de Bolsonaro.

O presidente da República chegou a avisar ao anfitrião que compareceria à comemoração, mas, ao final, faltou. Apesar da ausência, o nome de Bolsonaro foi o assunto principal nas rodas de autoridades presentes na festa.

A bolsa de apostas era de em quanto tempo Bolsonaro acabará enquadrado por Lira e terá de arrefecer a postura ideológica e entregar ao bloco do centrão cargos de primeiro escalão. As previsões variavam de seis meses a um ano.

Em outra roda, o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, conjecturava a possibilidade de o presidente se filiar ao seu partido. Em conversa com deputados, relatada à Folha, ele avaliava que, caso Bolsonaro escolha outra sigla, seu candidato a vice-presidente poderá ser do PTB.

A festa foi promovida em um salão amplo e aberto, à beira do Lago Paranoá, e animada por uma banda de sertanejo e pagode.

O grupo tocou "É Tarde Demais", do grupo de pagode Raça Negra, e "Rita", do cantor de arrocha Tierry.

Aos convidados, foram servidos vinhos e whiskies. E, para o jantar, além de canapés, havia um buffet com opções de salada, massa e carne.

Na festa, quando não estavam comendo ou bebendo, muitos convidados usavam máscara com o símbolo da campanha.

Animado, Lira passou a madrugada recebendo

cumprimentos e fazendo projeções sobre seu mandato. Ele explicou que pretende aprovar o Orçamento para este ano ainda neste mês e ressaltou que pedirá ao relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que apresente logo seu relatório da reforma tributária.

Chamado para discursar ao microfone, Lira saudou os partidos que compuseram o seu bloco e disse que fará uma Câmara dos Deputados para todos. Para a breve fala, foram convidadas todas as deputadas presentes, entre elas Joice.

A ex-candidata a prefeita de São Paulo foi chamada três vezes, mas preferiu acompanhar o discurso à distância.

"Eu tenho princípios. Sou anti-Bolsonaro. Não dá", disse a um dos convidados que estava ao seu lado. Após o discurso, ela abraçou Lira.

Também do PSL, outro deputado federal que circulou com desenvoltura pelas rodas de convidados era Daniel Silveira (RJ). Ele ficou conhecido após quebrar uma placa em homenagem à ex-vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), assassinada a tiros em 2018.

Após o discurso de Lira, foi a vez de os deputados presentes transformarem a celebração em uma espécie de karaokê.

Acompanhado por Julian Lemos no baixo, o deputado federal Fausto Pinato (PP-SP), que é crítico da postura anti-China do governo federal, cantou sucessos como "Bijuteria", de Bruno e Marrone, e "Stand by Me", de Ben E. King.

Na sequência, Cristiane Brasil, filha de Roberto Jefferson, cantou "Malandragem", um sucesso na voz de Cássia Eller.

No ano passado, a ex-deputada federal chegou a ser presa acusada de desvio de verba pública, mas foi solta na sequência e disse ter sido alvo de injustiça.

Na lista de convidados, também estavam o secretário estadual de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy (PP), e o deputado federal Fernando Monteiro (PP-PE).

Os dois eram aliados do ex-presidente da Câmara dos

Deputados Rodrigo Maia (DEM-RJ) durante a sua gestão.

Lira, que era candidato de Bolsonaro, derrotou no primeiro turno o nome apoiado por Maia, o presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP). Lira foi eleito com 302 votos. Baleia recebeu 145.

Ao ver Baldy e Monteiro na festa da vitória de Lira, um aliado do líder do centrão lembrou de um ditado popular: "Rei morto, rei posto".

folhajos

As principais notícias da semana sobre o cenário jurídico e conteúdos exclusivos

Carregando...

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/ao-som-de-e-tarde-demais-lira-celebra-vitoria-com-aliados-e-desafetos-de-bolsonaro.shtml>

Veja a lista das propostas prioritárias de Guedes para Lira

Um dia depois das eleições do Congresso, em que foram eleitos os candidatos do governo para assumir o comando da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende abrir o diálogo com as novas lideranças e apresentar uma lista das propostas em tramitação do Congresso que, na avaliação da equipe econômica, são fundamentais para a retomada em 2021.

Veja a seguir as prioridades do Ministério da Economia para este ano.

Orçamento de 2021

A demora na aprovação pode comprometer o pagamento dos salários de servidores civis e militares, como mostrou o Estadão. Enquanto o Orçamento não é votado, ministérios e órgãos podem gastar apenas uma parcela do que foi previsto no orçamento do ano todo.

Autonomia formal do Banco Central

O projeto estipula mandatos estáveis e requisitos para nomeação do presidente e de diretores do BC. O texto já recebeu aval dos senadores, mas falta ainda aprovação dos deputados.

Reforma administrativa

A proposta, entregue pelo governo em setembro do ano passado, muda as regras para contratar, promover e demitir os servidores. Ficaram de fora do alcance da maior parte das mudanças os servidores atuais e os chamados membros de outros Poderes (juízes, promotores, desembargadores, por exemplo).

Criação da CBS para substituir PIS/Cofins

Enviado ao Congresso em julho, o projeto que cria o novo imposto é a primeira etapa da **reforma tributária** do governo. A alíquota estipulada foi de 12% (a paga por entidades financeiras - incluindo bancos, planos de saúde e seguradoras - foi fixada em 5,8%).

Novos marcos legais

O ministro da Economia espera que o Congresso termine as votações dos chamados marcos legais,

novas regras para setores específicos, como ferrovias e cabotagem (navegação entre portos), com potencial de destravar investimentos. A maior parte deles está travada no Senado.

Novo programa Carteira Verde Amarela

O governo deve enviar uma nova versão do programa que estipula um novo modelo de contratação com menos encargos e benefícios. A nova Carteira Verde Amarela vai atuar na faixa dos trabalhadores que estão entre os beneficiários do Bolsa (R\$ 200) até os que recebem o salário mínimo (hoje, em R\$ 1.100).

Reformulação do Bolsa Família

Uma medida provisória está prevista com mudanças no programa, unificação dos benefícios já existentes, reajuste dos valores e criação de novas bolsas: por mérito escolar, esportivo e científico.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/veja-a-lista-das-propostas-prioritarias-que-guedes-deve-entregar-ao-novo-comando-do-congresso,f43535fcb10c6f96c720daae5b13467d58wx5sj0.html>

Um dia após eleições do Congresso, líder do Governo na Câmara prega rigor fiscal

Pedro Caramuru

O líder do Governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), defendeu na manhã desta terça-feira, 2, um dia após as eleições para a presidência da Câmara e do Senado, o rigor fiscal e o controle orçamentário das contas públicas. Entre os temas prioritários para os próximos dois anos, Barros destacou o andamento de reformas estruturais, das PECs Emergencial e do Pacto Federativo, da autonomia para o Banco Central, das privatizações e medidas de combate à covid-19.

Há uma pressão pela continuidade do auxílio emergencial, mas não é possível, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não há mais decreto de calamidade pública, que venceu em 31 de dezembro. Não há Orçamento de Guerra, que também venceu em 31 de dezembro. Temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) votada para 2021 e só podemos executar 1/12 do orçamento, afirmou em entrevista à rádio CBN. Agora temos Lei de Responsabilidade Fiscal, Teto de Gastos, rigor fiscal e precisamos só gastar aquilo que nós estamos autorizados, disse.

De acordo com o líder do governo na Câmara, há R\$ 38 bilhões previstos para o programa de auxílio Bolsa Família, com a possibilidade de ampliação na votação do Orçamento deste ano. Agora o auxílio emergencial, da forma como foi proposto anteriormente, ele exige um cheque em branco, uma autorização para o governo gastar sem limites, o que se esgotou no dia 31 de dezembro, ressaltou.

Segundo Barros, o Congresso é reformista, mas não lhe foi dada a oportunidade de expressar a sua vontade por meio do plenário. Rodrigo Maia não quis votar as privatizações, não pôs a **reforma tributária** para votar, não instalou a comissão da reforma administrativa, então tudo isso vai acontecer agora de forma rápida e simultaneamente, afirmou o deputado

Recursos

Conforme mostrou o Estadão/Broadcast, às vésperas das eleições, o Planalto lançou uma ofensiva para conseguir garantir o controle das duas Casas do Congresso, o que incluiu o pagamento de volume recorde de emendas parlamentares, em janeiro. Até o último dia 26, o governo havia destinado R\$ 504

milhões de emendas parlamentares. Em dezembro do último ano, R\$ 3 bilhões em recursos extras do Ministério do Desenvolvimento Regional foram entregues a 250 deputados e 35 senadores para que destinassem a obras em seus redutos eleitorais.

Questionado pelo jornalista Milton Jung sobre a liberação de emendas, Barros respondeu: Não tem toma lá, dá cá. Não diminuem o tamanho da Câmara. Não joguem nossa democracia nesta vala comum, porque não é assim que as coisas funcionam. Vazou-se uma lista - uma suposta lista - de benefícios que não está no Diário Oficial e, portanto, é pura falácia, completou.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/um-dia-apos-eleicoes-do-congresso-lider-do-governo-na-camara-prega-rigor-fiscal,1c42ff96290ab0538d16fab31ad9db0ce8cd8egx.htm>
/

Lira propõe urgência contra covid e anula ato de Maia

Renato Souza**Luiz Calcagno****Bruna Lima**

Eleito, ontem, à Presidência da Câmara com 302 votos, Arthur Lira (PP-AL) fez um discurso conciliador, defendendo a necessidade da vacina e de um consenso na elaboração de uma pauta emergencial em meio à pandemia. Mas, no primeiro ato como chefe da Casa Legislativa, tomou medidas extremas: cancelou a eleição da Mesa Diretoria e anulou a formação do bloco do principal rival, Baleia Rossi (MDB-SP), sob o argumento de que o registro do grupo foi feito fora do prazo - embora tenha sido aceito pelo então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele afirmou que, dessa forma, estava "devolvendo a dignidade e o respeito ao regimento e à soberania desta Casa". O bloco do candidato emedebista tinha PT, MDB, PSDB, PSB, PDT, Solidariedade, PCdoB, Cidadania, PV e Rede.

Com isso, hoje, os partidos terão até as 13h para formar novos blocos pleiteando cargos na Mesa Diretora - como vice-presidência, secretarias, suplências. A eleição do colegiado está marcada para 16h. A maior bancada da Câmara, pertencente ao PT, ainda deve conseguir espaço, porém, o partido não ficará mais com a primeira secretaria. Lira tomou a iniciativa porque o PT registrou a candidatura seis minutos depois do prazo, às 12h. Já o MDB registrou a formação do bloco de Rossi às 13h35, mais de uma hora depois. O bloco de Lira protestou, mas foi ignorado.

Rossi já havia afirmado não acreditar que o candidato do presidente Jair Bolsonaro e líder do Centrão faria essa manobra. Antes da decisão sobre a dissolução, Lira chegou a dizer que admirava o emedebista e afirmou que qualquer desentendimento com Maia seria menor do que o desejo de ambos por um país melhor.

À parte da iniciativa abrupta, Lira fez um discurso em que destacou a importância de socorrer os mais vulneráveis nesta pandemia. "Precisamos, urgentemente, amparar os brasileiros que estão em estado de desespero econômico por causa da covid-19 e temos de examinar como fortalecer nossa rede de proteção social", enfatizou. Ele destacou, também, a importância de imunizar a população. "Temos de vacinar, vacinar, vacinar o nosso povo. Temos de buscar o equilíbrio de nossas contas públicas, de dialogar com a sociedade e o mercado, de forma

transparente, para que haja uma compreensão do que é possível e não é possível fazer e daquilo que, de forma previsível, pode ser pactuado ou não."

Ele prometeu manter a neutralidade que a cadeira exige, renunciando "ao direito de ter posições, o direito do voto". "Tenho as minhas opiniões, mas como presidente da Câmara, minha opinião deve refletir à da maioria desta Casa", destacou.

Reformas

A necessidade de avançar nas reformas também foi ponto marcante do discurso. No entanto, o presidente da Câmara não definiu qual seria a prioridade. "Essa não é uma resposta que cabe ao presidente da Câmara. Esta é uma pergunta que o presidente da Câmara deve fazer a todas as senhoras e senhores parlamentares, ao governo, aos setores da sociedade civil, aos sindicatos, aos setores produtivos, ao mercado. Para, só então, obter uma resposta e dar à sociedade". Ele disse que, com o Senado, vai propor uma pauta emergencial, para dar celeridade a temas que exigem urgência, mas os assuntos, frisou, serão definidos pelos parlamentares.

A eleição de Lira teve apoio de Bolsonaro. Apesar de o chefe do Executivo ter sido eleito com a promessa de que não ia aderir à velha prática do toma lá dá cá, essa prática antecedeu as eleições do Congresso, conforme apontou a deputada Luiza Erundina (PSol-SP) em seu discurso como candidata ao comando da Casa.

Apesar de janeiro ser um mês fraco do ponto de vista econômico, Bolsonaro liberou R\$ 3,5 bilhões de emendas parlamentares, no mês passado, referentes a restos a pagar do Orçamento de 2020. De acordo com dados do portal Siga Brasil, do Senado, foram repassados R\$ 504 milhões nos primeiros 26 dias do ano. O montante, corrigido pela **inflação**, é recorde para o mesmo mês de todos os anos anteriores.

Além desses repasses, o governo liberou R\$ 3 bilhões por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional. Os recursos beneficiaram 250 deputados e 35 senadores, tendo forte peso na articulação política para que o Parlamento atenda às pautas que representam os interesses do governo.

No rito da eleição de ontem, Baleia Rossi, num dos últimos esforços para obter votos, chegou a dizer que analisaria os pedidos de impeachment protocolados contra Bolsonaro.



**Número de votos obtidos por
Lira, contra 145 de Rossi, entre
os 505 parlamentares que
participaram da eleição**

A crise do presidencialismo (2)

» **ANDRÉ GUSTAVO STUMPF, Jornalista**

Desde a sessão de promulgação da Assembleia Constituinte, marcada por brincadeiras, despedidas emocionadas e pelo impressionante discurso de Ulysses Guimarães, até o dia de hoje se passaram 33 anos. Neste período, a democracia brasileira, jovem e frágil, assistiu de tudo. Dois impeachments, escândalos de bom tamanho na área da corrupção, prisões de gente importante, desmandos e conflitos entre políticos e partidos. Consequência do sistema partidário caótico, com mais de 30 siglas, dentro de um regime de governo indefinido, com seu corpo parlamentarista e prática presidencialista. Não é nenhuma coisa, nem outra.

A resposta tem sido a crise. Houve inflação elevadíssima na casa de 100 por cento ao mês. Surgiram vários planos econômicos, antes de a economia encontrar sua estabilidade. A frequente intromissão do Judiciário na área do Legislativo que se esquivava de tomar decisões profundas. Vive na superfície dos problemas. As reformas essenciais, seja a tributária ou a administrativa, não caminham. Enfim, existe a percepção, interna e externa, de que o Estado precisa diminuir seu tamanho e aumentar sua eficiência. Mas nada se faz para corrigir essa anomalia. O resultado é a instabilidade.

Pior do que a instabilidade é o fim das esperanças. O jovem no Brasil tem enormes dificuldades para encontrar emprego no nível de suas capacidades. Melhor se arriscar no exterior. O Brasil está perdendo seus melhores cérebros. Quem pode, pega o primeiro avião e caminha para o mundo desenvolvido. Encontrei em Harvard, há mais de ano, um surpreendente contingente de estudantes brasileiros. O Brasil mergulha na direção de níveis africanos. Isso não é derrotismo. É realismo. A Argentina frequentou o clube dos países mais ricos do mundo, com povo alfabetizado, boa oferta de grãos, petróleo e carne de primeira linha. No início do século 20, a economia do vizinho chegou perto de ser o dobro do Brasil. Hoje, o produto interno bruto deles está próximo de um terço do brasileiro. O vizinho regrediu. Deixou o mundo desenvolvido e passou a figurar entre os emergentes. Os hermanos continuam a viver o inferno econômico sul-americano. Juros elevados, inflação alta, reservas internacionais escassas e desemprego feroz. Moeda sem valor. O mercado é indexado ao dólar.

No Brasil, a crise é anunciada. O regime presidencialista é um desastre. Só deu certo nos

Estados Unidos, porque lá funciona uma confederação de verdade. Houve a Guerra da Secessão no século 19, quando os estados do sul tentaram deixar a confederação. O presidente Lincoln salvou a União, libertou os escravos e, por causa disso, foi assassinado. Na eleição seguinte, por meio de um acordo entre partidos, tudo retornou à situação anterior. Os negros perderam seus direitos. O sistema eleitoral, indireto, prevaleceu. Ou seja, fizeram questão de reafirmar sua própria autonomia. É a confederação.

Os exemplos recentes daqui são eloquentes. O governo de Dilma Rousseff vinha fazendo água a olhos vistos. Ela perdeu a capacidade de se articular com o Congresso e inventou uma política econômica anticíclica desastrosa. Surgiu o impeachment. O processo foi duro, difícil, provocou crises, queda da Bolsa de Valores, disparada do dólar, xingamentos de parte a parte e grandes traições. Um desastre. Nos dias que correm, de novo, a ameaça de remover o presidente de sua cadeira aparece no horizonte. A resposta do governo é distribuir cargos e benesses para comprar alianças e se manter no poder. Não há projeto, a não ser permanecer dentro do Palácio do Planalto, mesmo que seja sangrando em praça pública pelos próximos dois anos.

Os partidos políticos se amoldam aos problemas. O Brasil bordejando o abismo. Se o regime fosse parlamentarista, a crise seria menor. O parlamento aprovaria o voto de desconfiança, um novo primeiro-ministro assumiria o cargo e a vida continuaria. É assim no mundo todo. A Itália fica meses sem governo. O mesmo acontece na Bélgica ou em Israel. Nesses países, o exercício da política é distante do comando da administração. O governo se defende praticando o conhecido toma lá dá cá. Podem surgir novos ministérios. Farta distribuição de benesses, verbas e empregos. O impeachment pode ou não acontecer, mas a crise está anunciada. Os brasileiros não perdem a oportunidade de desperdiçar mais tempo, de se afastar do mundo desenvolvido, de regredir nos níveis de escolaridade e padecer do pesado desemprego. Os jovens preparam seus passaportes. Especuladores esfregam as mãos. Já apostam na elevação de juros, no retorno do capital especulativo que produz lucros extravagantes sobre populações empobrecidas. Esse foi o pano de fundo na eleição dos presidentes do Senado e da Câmara.

Eleição no Congresso custou R\$ 504 milhões aos cofres públicos



No início da noite de ontem, o presidente Jair Bolsonaro saboreava a sua primeira vitória.

Seu candidato, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), vencia ainda no primeiro turno a disputa pelo comando do Senado (leia mais na página 8). Iniciava-se, então, a disputa mais decisiva e apertada, na Câmara dos Deputados.

Até o fechamento desta edição, a eleição prosseguia. Mas o favorito parecia ser também o nome de sua preferência, o deputado Arthur Lira (PP-AL), líder do Centrão. Embora o resultado ainda não fosse conhecido, o custo da operação já era sabido. Até o último dia 26 de janeiro, o governo federal destinara nada menos que R\$ 504 milhões para redutos eleitorais de deputados e senadores em emendas parlamentares.

O valor é maior do que a quantidade paga no mês inteiro em qualquer ano anterior, de acordo com dados do portal Siga Brasil, do Senado Federal, corrigidos pela **inflação**.

Confusões O dia de ontem em Brasília, como se esperava, foi de muitas discussões desde muito cedo no Congresso e na Esplanada dos Ministérios, em função da votação para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado. Na Câmara, em especial, várias confusões foram observadas ao longo do dia. A primeira foi o cancelamento de pauta anunciada pelo candidato do Centrão, Arthur Lira (PP-AL), de que ele e um grupo de parlamentares do DEM que aderiram à sua candidatura - deixando de lado o apoio o candidato Baleia Rossi (MDB-SP) - iriam se manifestar publicamente.

Depois de grande irritação, o café da manhã até foi realizado, mas sem qualquer anúncio. O DEM

anunciou oficialmente que iria liberar a bancada para votar em quem quisesse. Mas mesmo com boa parte dos seus deputados votando em Lira, eles não declararam o apoio abertamente em entrevista como tinha sido programado.

Capitaneada pelo ex-prefeito de Salvador, ACM Neto e pelo ex-governador de Pernambuco, Mendonça Filho, a estratégia de conter esses demistas foi uma forma de amenizar o burburinho interno que vinha sendo observado desde a noite do último domingo.

Por parte do MDB, integrantes da legenda passaram o dia tentando conseguir que os apoios de deputados à sigla tivessem menos dissidências do que o DEM. Nos bastidores, chegou-se a falar até mesmo em possíveis punições do MDB para quem não votasse em Baleia Rossi.

(Com Agência Estado)

Nomeações discutidas desde cedo

Indagado sobre as eleições, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que é emedebista e acompanhou de perto as eleições para as duas casas do Congresso e as dificuldades enfrentadas pelos candidatos de seu partido, disse não acreditar em racha.

"O MDB sempre deu sustentação aos governos. Vamos continuar assim", avaliou o chefe do Executivo do DF ao acrescentar, ainda, que a seu ver, as eleições no Congresso "não ultrapassam essas barreiras." Orçamento e Esporte Outros comentários que começaram a correr durante a tarde disseram respeito à antecipação de alguns nomes para a **reforma ministerial** do governo Bolsonaro e a presidência das comissões técnicas. As deputadas federais Flávia Arruda (PL-DF) e Celina Leão (PP-DF) já estão sendo vistas como nomes praticamente negociados para cargos de comando, numa gestão de Arthur Lira.

Flávia, coordenadora da bancada federal do DF, pode vir a ser a presidente da Comissão Mista de Orçamento e ainda indicar nomes do Distrito Federal para cargos estratégicos em várias comissões. E Celina Leão, que foi braço direito de Lira durante toda a campanha, poderá subir para o cargo de ministra de

Esportes - conforme o que foi especulado por dois líderes no Salão Verde, durante a tarde.

Celina, sempre que perguntado a respeito, tem negado qualquer movimentação. Flávia tem permanecido calada quanto ao tema.

Uma confusão que provocou divergências no fim de semana e voltou a ser comentada durante o dia foi a destruição de faixas colocadas em frente ao Congresso e na Esplanada em prol de Baleia Rossi, chamada de ato de "fascistas" por Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-d7852cd2408d9d3205dc75b59a6ce22e.pdf

Partidos esperam reforma ministerial para depois do carnaval - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

A expectativa de poder foi crucial para ajudar Arthur Lira (PP-AL) a acomodar seus aliados nos últimos dias, a começar pelo Republicanos, que abriu mão de um cargo na Mesa Diretora da Câmara e, agora, aguarda um ministério. O mesmo vale para o DEM, que, ao sair do bloco de Baleia Rossi, deu ao presidente Jair Bolsonaro o que o capitão mais desejava: derrotar Rodrigo Maia, antes mesmo de anunciado o resultado. Nos bastidores, os deputados afirmam que o presidente terá de cumprir os compromissos e acomodar os novos aliados ao seu lado.

Embora o presidente tenha dito que há "apenas uma vaga" em sua equipe, a Secretaria-Geral da Presidência, ele não tem uma situação tão confortável, do ponto de vista político, que lhe permita deixar ao relento a turma que, agora, assume o poder no Congresso. Afinal, se a economia não responder rapidamente, o presidente terá dificuldades de manter o eleitorado e, por tabela, os novos amigos da velha política.

2022 começa agora

A briga entre Rodrigo Maia e ACM Neto tem como pano de fundo os rumos do DEM para 2022. Neto ainda tem uma janela aberta para apoiar a reeleição de Bolsonaro e uma parcela da bancada interessada nesse caminho. Nessa trilha, Rodrigo não seguirá nem amarrado.

Rodrigo e Luciano

Do MDB, passando pelo PSDB, pelo Cidadania e até pelo PSL, Rodrigo Maia estudará bastante antes de escolher um partido para chamar de seu. Afinal, foi o primeiro presidente do DEM, quando o PFL trocou o nome, tem história política. Ele jogará junto do empresário Luciano Huck rumo a 2022. São amigos há 20 anos.

Por falar em PSDB.

Foi preciso uma intervenção do PSDB paulista, leia-se João Doria, para evitar que o PSDB fizesse igual ao DEM e saísse do bloco de Baleia Rossi. O movimento contava com o apoio do PSDB de Minas. O líder da

bancada, Rodrigo de Castro, foi acusado pelo MDB de atuar para atrasar o pedido de registro do bloco de Baleia. A disputa no PSDB indica que Doria não terá vida fácil no ninho para ser candidato a presidente da República.

Apostas

O governo calcula que o mote da oposição para a eleição do ano que vem promete ser a pandemia e os erros do governo nessa seara. A aposta dos bolsonaristas, porém, é de que esse tema já terá passado e que o povo estará mais interessado na economia.

"Rodrigo Maia fez ouvidos moucos ao clamor dos brasileiros. A história é implacável"

Luiza Erundina (PSol-SP), referindo-se aos sucessivos pedidos de impeachment, que Rodrigo desprezou e ameaçou abrir no último dia, quando não havia mais tempo

Curtidas

Frota, o primeiro tiro/ A abertura da sessão preparatória, com o discurso de Alexandre Frota (foto), do PSDB-SP, cheio de ácidas críticas ao governo, fez parte da estratégia da oposição de tentar levar o plenário a mudar de ideia em relação a Arthur Lira. Chamou Bolsonaro até de abutre, que acabou com a Lava-Jato, se omitiu na prisão em segunda instância; falou do líder com dinheiro na cueca (senador Chico Rodrigues) e por aí foi.

Lá e cá/ Depois que Luiz Miranda (DEM-DF) se juntou ao comboio para o passeio de moto, no último sábado, o presidente Jair Bolsonaro chamou o ex-deputado Alberto Fraga, de quem é amigo há 20 anos. Conversaram por mais de duas horas. Não dá para deixar um velho amigo com ciúmes de Miranda, que não foi chamado para conversar depois do passeio.

Diferenças importantes/ Arthur Lira fez campanha voltada para os deputados e não para o público externo. Aliás, na Câmara, quem fez campanha para os cargos internos, via público externo, invariavelmente, se deu mal.

Por falar em público externo.../ A aglomeração de

deputados no plenário da Câmara, durante a sessão preparatória, deixou o corpo médico de plantão atônito por causa da pandemia da covid-19. Muitas excelências mantinham a máscara no queixo, outras cobriam apenas a boca. Preocupante. Até porque, diante de uma nova cepa, até quem já teve a doença não está completamente livre do vírus.

Vitória de líder do centrão coroa derrotas em série de Rodrigo Maia

ANÁLISE Ranier Bragon - *brasil*

A eleição de Arthur Lira (PP-AL) para o comando da Câmara coroa a série de derrotas sofridas por Rodrigo Maia (DEM-RJ) nos últimos meses e lança uma sombra de incertezas sobre o futuro do deputado, hoje com 50 anos, ainda jovem para os padrões da política.

Em um primeiro momento, vão praticamente à lona as expectativas de que ele assuma papel de protagonismo nas articulações de partidos de centro-direita que buscam uma alternativa, 112022, a Jair Bolsonaro.

O primeiro sinal de perda de poder recente de Maia ocorreu quando o centrão, sob liderança de Arthur Lira (PP-AL), embarcou na aliança com o governo justamente no momento em que Bolsonaro elevava ao máximo os ataques ao presidente da Câmara.

A partir desse momento, a Câmara passou a ter dois focos de poder bem definidos e separados. O de Maia e de partidos de centro-direita não bolsonaristas, em especial DEM, MDB e PSDB, e, de outro, o centrão, liderado por PR PSD, PL e PTB.

Sob o discurso oficial de que a prioridade era o combate à Covid-19, Maia seguiu ainda ao máximo a definição sobre sua sucessão, acalentando, nos bastidores, a possibilidade de concorrer ele mesmo a mais um mandato. No centrão, a candidatura de Lira vinha sendo trabalhada há alguns anos.

A pá de cal nas pretensões do presidente da Câmara veio com a decisão apertada do Supremo Tribunal Federal que vetou a possibilidade de reeleição dele e de Davi Alcolumbre (DEM-AP) -o que trouxe ainda, como fator adicional, o rompimento com o colega do Senado, que creditou a decisão do Supremo que o atingiu à insistência de Maia em concorrer ao quarto mandato consecutivo.

Após isso, o presidente da Câmara ainda teve dificuldade de definir, entre os vários aliados a quem deu esperança, o seu candidato.

Como ocorre normalmente nesses casos, após a escolha de Baleia Rossi (MDB-SP), alguns dos preteridos passaram a atuar como adversários na disputa, em especial Marcos Pereira (Republicanos-

SP) e o colega de partido Elmar Nascimento (DEM-BA), ex-líder da bancada.

Paralelamente a isso, a costura de Alcolumbre como Planalto para emplacar Rodrigo Pacheco (DEM-MG) como presidente do Senado também contribuiu para minar o capital político de Maia e de seu candidato, já que o apoio do centrão a Pacheco inibiu ações mais contundentes dentro do próprio DEM em prol do emedebista Baleia.

Por fim, o governo Bolsonaro, contrariando promessas de campanha, entrou pesado na disputa, municiando Lira da distribuição de cargos na máquina federal e de bilhões em verbas do Orçamento direcionadas a obras e investimentos apadrinhadas pelos deputados.

Com isso, Maia chegou à reta final em litígio com o presidente da legenda, ACM Neto (BA), antigo parceiro da Câmara, a quem afirmou que o DEM pode virar "o partido da boquinha", e com a possibilidade real de deixar a sigla, que presidiu de 2007 a 2011 e no qual o pai, Cesar Maia, hoje vereador no Rio, teve protagonismo em décadas passadas.

Não só as derrotas políticas conspiram contra o futuro político de Maia.

A perda do poder de quatro anos e meio que o credenciou como uma das principais vozes da República, a ponto de o seu apoio assegurar mandatos -no caso de Michel **Temer** (MDB)- ou barrar ações presidenciais -no caso de Bolsonaro-, se esvai quase que instantaneamente após a saída da cadeira de presidente da Câmara.

Desde a redemocratização do país, em 1985, é bem maior a lista de presidentes da Câmara que deixaram o poder direto para um relativo ostracismo -ou para um destino pior, a cadeia-, do que aqueles que saíram de lá para alçar maiores voos.

Dos antecessores de Maia neste século, apenas dois assumiram um papel de maior relevo nos anos posteriores, mas ambos, Michel **Temer** (MDB-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG), tinham forte ascendência sobre os seus partidos, situação bem diferente da de Maia, atualmente.

Na lista dos que perderam relevância política estão

Marco Maia (PT-RS), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Waldir Maranhão (MA), entre outros, além dos que, além disso, acabaram presos depois -Eduardo Cunha (MDB-RJ), Henrique Eduardo Alves (MDB-RN) e João Paulo Cunha (PT-SP).

Maia é deputado no sexto mandato consecutivo, que só termina em janeiro de 2023. Até lá, porém, terá que conviver na condição de oposição na Câmara, situação que conheceu de perto de 2003 a 2016.

Nesse período, apesar de ter comandado o DEM nacionalmente, ele passou por longo período de ostracismo, muito em parte pela decadência sofrida pelo partido durante os governos do PT. Foi resgatado politicamente por Eduardo Cunha, que lhe deu papéis de comando nas discussões da **reforma política**.

O rompimento com o emedebista pouco antes de sua queda, além de outras atitudes - ele havia votado no ano anterior a favor do pacote de ajuste fiscal do então ministro da Fazenda de Dilma, Joaquim Levy- o credenciou a obter o apoio da oposição, vencer o centrão e conquistar primeiro de seus três mandatos.

A trajetória política de Rodrigo Maia

1997 Co meça a carreira como secretário de Luiz Paulo Conde (PFL), eleito prefeito do Rio pelas mãos do antecessor, César Maia, pai de Rodrigo

1998 É eleito aos 28 anos para o primeiro de seus, até agora, seis mandatos como deputado federal

2005 Lidera a bancada do PFL, um dos principais partidos de oposição a Lula (PT), durante o escândalo do mensalão

2007 Assume a presidência do PFL, em uma movimentação para tentar renovar a sigla, uma das mais poderosas dos anos 1980 e 1990, mas então em franco declínio. O partido passa a se chamar Democratas (DEM)

2011 Deixa a presidência nacional do DEM

2012 Candidata-se a prefeito do Rio, tendo como vice a deputada Clarissa Garotinho (PRB). Sua chapa obteve apenas 2,94% dos votos válidos

2015 Atua em alinhamento ao então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ), recebendo a presidência da comissão de **Reforma Política** e a relatoria, no plenário

2016 Se afasta de Cunha após o emedebista escolher outros aliados para postos de comando da comissão especial que debateu o impeachment de Dilma

Rousseff e, após a queda da petista, a liderança do governo na Câmara.

Com o afastamento e renúncia de Cunha, se alia a setores da oposição e derrota o candidato apoiado pelo emedebista e o centrão, Rogério Rosso (PSD-DF), por 285 votos a 170, conquistando o mandato-tampão de sete meses

2017 Com a simpatia do governo Michel **Temer** (MDB), derrota pela segunda vez o centrão e os ex-aliados de Cunha, dessa vez no primeiro turno, por 293 votos a 105 de Jovair Arantes (PTB-GO). Diferentemente da ação de **Temer** em relação a Dilma, Não atuou para derrubar o emedebista durante o escândalo da JBS

2018 Apoia a candidatura à Presidência de Geraldo Alckmin (PSDB), que ficou em quarto na disputa

2019 Reunindo pela primeira vez o apoio do centrão, consegue com folga o terceiro mandato, com 334 votos contra 66 de Fábio Ramalho (MDB-MG). Apesar das trombadas com o governo, assume o protagonismo da aprovação da reforma da Previdência

2020

Depois de virar um dos principais alvos da base bolsonarista, assume de vez uma posição de independência

Liderados por Arthur Lira (PP-AL), desde 2019 pré-candidato à sucessão de Maia, o centrão se desvincula do demista e se alia a Bolsonaro

Lidera a aprovação, no Congresso, do auxílio-emergencial de R\$ 600 (o governo propôs, inicialmente R\$ 200)

Após o STF vetar a possibilidade de disputa de um quarto mandato consecutivo, inicia uma demorada negociação que resulta no lançamento de Baleia Rossi (MDB- SP) para disputar a eleição contra Lira

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49425>

Governo "tratora" para eleger aliados



Articulação. Ministro Luiz Ramos (à esq.), da Secretaria de Governo, foi responsável pelas negociações com congressistas

VERA ROSA, FELIPE FRAZÃO, CAMILA TURTELLI, VINÍCIUS VALFRÉ, BRENO PIRES e PATRIK CAMPOREZ

O presidente Jair Bolsonaro atuou para ter o controle da Câmara e do Senado com receio de sofrer um processo de impeachment no Congresso e de ver seu mandato abreviado.

Após passar quase dois anos criticando a "velha política", Bolsonaro deu uma guinada no discurso de campanha e atropelou adversários ao distribuir recursos e cargos para beneficiar seus candidatos. A ofensiva incluiu o pagamento de volume recorde de emendas parlamentares, em janeiro. Como parte da mesma tática, o gabinete do ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, foi transformado, nos últimos dias, em quartel general das negociações.

O "tratoração" deu certo, com a eleição de Arthur Lira (PPAL) na Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no Senado.

Até 26 de janeiro, às vésperas da eleição, o governo destinou outros R\$ 504 milhões de emendas parlamentares para deputados e senadores. O volume é inédito na comparação com o mesmo mês de anos anteriores.

A eleição que renovou a cúpula do Congresso ocorreu ontem em clima tenso. Bolsonaro montou uma estratégia de blindagem do governo, aliando-se ao Centrão, bloco de partidos conhecido pela prática do "toma lá dá cá". Entre as ofertas do Palácio do Planalto com o objetivo de atrair votos para Lira e implodir a candidatura de Baleia Rossi (MDB-SP), apoiada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), houve distribuição de cargos, loteamento da máquina pública e recursos extra orçamentários, como revelou o Estadão.

O governo liberou no fim de dezembro R\$ 3 bilhões em recursos "extras" do Ministério do Desenvolvimento Regional para 250 deputados e 35 senadores destinarem a obras em seus redutos eleitorais. Contemplados, apoiadores de Baleia mudaram o voto e aderiram à campanha de Lira. Na outra ponta, apadrinhados por aliados de Baleia que ocupavam cargos na administração federal foram demitidos.

Ramos negou irregularidades.

"Não negociamos cargos e emendas por causa de eleições no Congresso", disse.

"Isso é, descaradamente é compra de votos", afirmou o senador Lasier Martins (PSDRS), que chegou a entrar na disputa à presidência do Senado contra Pacheco como forma de protesto, mas retirou a candidatura antes da votação.

Para o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho "zero três" de Bolsonaro, não há contradição com o discurso de campanha.

"Pouco importa essas questões, eu quero saber de eleger um presidente (da Câmara) que não vai deixar caducar as medidas provisórias e que vai pautar as matérias que estiveram no centro das eleições de 2018. Isso é o que eu quero saber", afirmou Eduardo.

Interferência. Irritado com a pressão do governo para destruir a campanha de Baleia e derrotá-lo, Maia telefonou para Ramos, na semana passada, reclamando da interferência do Planalto na disputa. Auxiliares de Bolsonaro disseram que o presidente da Câmara chegou a xingar Ramos de "general bandido" e "duas caras". Maia negou que tenha usado esses termos, mas pediu desculpas.

Na noite de domingo, porém, véspera do fim de seu mandato à frente da Câmara, o deputado se reuniu com o presidente do DEM, ACM Neto, e com integrantes do bloco de apoio a Baleia.

Ali ameaçou até mesmo aceitar um processo de impeachment de Bolsonaro. Logo depois, porém, recuou.

"Eu espero que ele seja feliz", disse Bolsonaro em tom irônico, ontem, em conversa com apoiadores. "O meu mandato também vai acabar um dia", emendou o presidente, que está em campanha pela reeleição.

Ministérios. Promessas de cargos também não faltaram nas negociações com o Centrão.

Em um primeiro momento, Bolsonaro fará uma **reforma ministerial** menor, mas cederá uma das pastas mais cobiçadas: o Ministério da Cidadania, hoje ocupado por Onyx Lorenzoni (DEM), responsável pelo programa social Bolsa Família.

Neste desenho, Onyx seria remanejado para a Secretaria-Geral da Presidência. A cadeira dele no Ministério da Cidadania deverá ser entregue ao Republicanos, partido que abriga o senador Flávio Bolsonaro (RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (RJ), filhos do presidente. Dirigido pelo deputado Marcos Pereira (SP), o partido é ligado à Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). Os deputados Márcio Marinho e João Roma, ambos do Republicanos da Bahia, são cotados para comandar esse ministério.

O partido reivindica, ainda, a recriação do Ministério de Indústria e Comércio Exterior, pasta que, no governo Michel **Temer**, era capitaneada por Marcos Pereira.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● **Verbas**

R\$ 504 mi

**foi o valor destinado para
parlamentares em emendas,
em janeiro.**

R\$ 3 bi

**foi o valor liberado em recursos
extras para parlamentares.**

.....

Impeachment à brasileira: cai quem as elites querem que caia (2)

Marcos Coimbra

Nossa história nos está dando uma oportunidade única: ver, através de casos concretos, todos recentes, o que pensam e como atuam as elites brasileiras - os muito ricos, a cúpula dos Poderes, os chefes militares, os barões da imprensa e sua turma - em relação à instituição do impeachment presidencial. Por extensão, como se comportam e quanto prezam as instituições democráticas, de forma geral.

Em trinta anos, o sistema político lidou com quatro situações de impeachment, o que é, provavelmente, um recorde mundial. Dois foram concluídos, com as destituições de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Um foi rapidamente abortado, quando Michel **Temer** sobreviveu a uma denúncia de extrema gravidade, pior que as enfrentadas por seus dois antecessores. Nem Collor havia sido flagrado armando jogadas com um corruptor confesso.

O outro é o que estamos vivendo agora, com a crescente pressão pelo impedimento do capitão Bolsonaro.

Um presidente lastimável, à frente de um governo, se é que se pode assim chamá-lo, que boa parte do País considera o pior que tivemos.

Fiquemos com os casos de Dilma e Bolsonaro. O primeiro se transformou em um processo que terminou com a deposição da presidenta, com todos os salamaleques ao ritualismo. O atual não vai dar em nada e seu resultado será a manutenção do capitão no poder, com o que daí decorre.

Por que a diferença?

A resposta é simples: cai quem as elites querem que caia, fica quem elas querem que fique. Quaisquer que sejam as justificativas públicas e os motivos secretos.

Comparando o impeachment de Collor com o de Dilma, vemos que o componente "pressão das ruas", em si, pouco explica. Em relação ao primeiro, o processo nasceu fora do sistema político e estava assentado em algo que dispensava interpretações e explicações: uma suspeita de desonestidade pessoal.

A maioria do País convencer-se de que ele era um

ladroão e, antes de qualquer CPI ou julgamento no Congresso, Collor estava condenado por um pecado capital.

A ausência desse elemento na deposição de Dilma é tão óbvia que dispensa demonstração. Basta lembrar que a articulação que a derrubou teve que mandar fabricar um motivo, achando-o na denúncia de "pedaladas fiscais", algo que quase ninguém sabia o que eram e que aqueles que as conheciam concordavam que nada tinham de criminosas. Todos os presidentes que a antecederam "pedalaram" na gestão do orçamento e nenhum depois deixou de fazê-lo.

Vemos, portanto, que a "gravidade dos crimes" atribuídos aos presidentes tampouco tem a ver com o desfecho do processo. As culpas de Collor eram claras e ele caiu. As de **Temer** também, mas ele ficou.

Dilma foi derrubada apesar de culpas tão obscuras que, até hoje, os agentes do golpe precisam recorrer à tese do "conjunto da obra" (os "fatos indeterminados") para justificá-lo.

Primeira lição da história: a "pressão das ruas" não define nada. Um impeachment, no Brasil, pode ocorrer em resposta ao que a maioria da população deseja ou acontecer sem que ela sequer saiba o porquê.

É perfeitamente possível criar ou dirigir sentimentos e transformá-los em "exigência popular".

Segunda lição: haver ou não "crimes de responsabilidade" é irrelevante. Presidente virtuosos caem, criminosos permanecem.

O capitão Bolsonaro, em matéria de crimes de responsabilidade, é um criminoso serial. Os que entendem do assunto listam mais de 50 exemplos de ofensas à legislação que cometeu, qualquer uma delas mais grave que as tais "pedaladas". O "conjunto" de sua "obra" é calamitoso, somando a mortandade à debacle administrativa de um governo incapaz.

Mas ele não cai, pois nossas elites não querem que caia.

Engana-se quem supõe que Bolsonaro sobrevive por sua adesão oportunista à agenda neoliberal. Seu vice,

tão lastimável quanto ele, estaria pronto a rezar por catecismo idêntico.

Ele não caiu e, pelo que temos hoje, não vai cair, por outra razão. Daqui a um ano e pouco, vamos fazer (parece) uma nova eleição, que, outra vez, tende a ser entre direita e esquerda. Vimos, em 2018, no auge da campanha contra Lula e o PT (e enfrentando um adversário que se beneficiava de ser pouco conhecido), que Fernando Haddad só foi derrotado mediante trapaças. Em 2022, o mais provável candidato da esquerda voltará a ser do PT.

Nossa elite topa tudo de Bolsonaro porque ganha dinheiro, mas, principalmente, porque não sabe se poderá prescindir dele para permanecer no poder.

Teme, com razão, que os candidatos que se oferecem para representá-la sejam ruins demais. Se o capitão conseguiu vencer o PT, quem sabe não conseguiria de novo?

Ninguém gosta de Bolsonaro, salvo meia dúzia de idiotas. Mas nossa elite desconfia que pode precisar dele. Enquanto pensar assim, Bolsonaro fica. E que se danem a democracia e os interesses da coletividade.

* Marcos Coimbra, sociólogo, é diretor do Instituto Vox Populi

Promessa de verbas a parlamentares e cargos: veja como governo Bolsonaro influenciou eleição no Congresso

O Globo

O presidente Jair Bolsonaro, durante cerimônia no Palácio do Planalto Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo/17-12-2020

BRASÍLIA - A eleição de dois aliados do Palácio do Planalto para as presidências de Câmara e Senado - Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), respectivamente - foi precedida por uma série de ações assertivas do governo federal: promessa de liberação de verbas a deputados e senadores, exoneração de aliados de parlamentares que votariam em candidatos adversários e acenos a uma **reforma ministerial**, incluindo a possibilidade de recriação de pastas para abrigar aliados. Uma das iniciativas para alavancar a candidatura de Lira foi a indicação de que deputados poderiam escolher municípios que receberiam um total de R\$ 636 milhões em repasses dos ministérios do Turismo, Desenvolvimento Regional e Agricultura.

Uma planilha repassada aos parlamentares e obtida pelo GLOBO mostra uma lista de 546 cidades em que propostas poderiam ser cadastradas - os deputados "patrocinariam" verbas destinadas pelos ministérios a essas localidades. Parlamentares relatam que as negociações ocorreram individualmente, sem um valor fixo para cada um que se comprometesse a votar em Lira. Para opositores do novo presidente da Câmara, como não há Orçamento aprovado para 2021, o governo estaria vendendo terreno na Lua: só terá como pagar depois da eleição, mesmo fazendo a promessa agora.

Ainda no ano passado, o governo liberou verba extra, através de indicações informais, para diversos apoiadores de Lira e Pacheco. No final do ano, foi aprovado o Projeto de Lei do Congresso (PLN) nº 29, liberando R\$ 1,9 bilhão para investimentos. Segundo parlamentares, Lira negociou o apoio de deputados com base nesses pagamentos.

Maia cita R\$ 20 bilhões

O então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, chegou a dizer que o governo estava prometendo R\$ 20

bilhões em emendas parlamentares em troca de votos em Lira.

- Pela conta que eu fiz, e pelo orçamento que nós teremos para 2021, pelo que eu já vi que o governo está prometendo junto com o seu candidato, vai dar pelo menos uns R\$ 20 bilhões de emendas extraorçamentárias. Eu quero saber em que orçamento para o ano de 2021, com todo o problema do teto de gastos, (terá espaço). (Como) eles poderão cumprir, se vitoriosos, essa promessa - disse Maia.

Também como uma forma de pressão, deputados do grupo de Baleia Rossi viram indicados perderem cargos que ocupavam no governo federal. Flaviano Melo (MDB-AC) perdeu dois aliados no estado que mantinha desde o governo de Michel **Temer**. Foram exonerados Jorge Mardini Sobrinho, superintendente do Iphan, e Luciana Videl de Moura, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Luciana é esposa do deputado.

Também foi exonerado o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Sergipe, Victor Sande. Ele era indicado de Fabio Reis (MDB-SE).

Outro caso foi o do deputado Hildo Rocha: seu indicado na superintendência da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) no Maranhão, João Francisco Jones Fortes Braga, foi demitido em janeiro. Ele acabou reassumindo o cargo a pedido dos deputados do Maranhão com voto declarado em Lira, segundo Rocha.

Bolsonaro: mais ministérios

Na semana passada, Bolsonaro acenou ainda - e, posteriormente, voltou atrás - com a hipótese de recriar os ministérios do Esporte, Pesca e Cultura, que hoje têm status de secretarias. De acordo com o presidente, as mudanças poderiam ocorrer no caso de os candidatos apoiados pelo governo vencerem na Câmara e no Senado, o que ocorreu.

- Se tiver um clima no Parlamento, pelo o que tudo

indica as duas pessoas que, né (deputado) Luis Lima, que nós temos simpatia devem se eleger, não vamos ter mais uma pauta travada, a gente pode levar muita coisa avante quem sabe até ressurgir os ministérios, esses ministérios - disse Bolsonaro, na sexta-feira.

Há ainda uma pressão por parte de integrantes do centrão para que mais políticos ocupem ministérios, com a perda de espaço dos militares - nesse contexto, uma possibilidade é que o titular da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, general da reserva, passe a ocupar outro posto. Outra troca que deve ocorrer é a ida de Onyx Lorenzoni, hoje ministro da Cidadania, para a Secretaria-Geral. O movimento abriria espaço para um indicado do Republicanos na Cidadania.

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/promessa-de-verbas-parlamentares-cargos-veja-como-governo-bolsonaro-influenciou-eleicao-no-congresso-24865165>